



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD

EQSW 103/104 - Complexo Administrativo – Bloco “B”, Térreo, Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília - DF
Caixa Postal 7993

Telefones: (61) 3341-9448/3341-9208 FAX.: (61) 3341-9499

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Nº 003\2010 DE 18/08/2010

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio
Ambiental**

PROJETO PNUD BRA/08/023

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTES EDITAIS, POR CARTA REGISTRADA, ATÉ O **DIA 27 DE AGOSTO DE 2010** PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:

**PROJETO PNUD BRA/08/023 - PROJETOS ESPECIAIS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
CAIXA POSTAL Nº 7993
70673-970 – BRASÍLIA – DF**

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do **EDITAL E CÓDIGO DA VAGA** desejada estejam descritos na parte externa do envelope. O candidato que desejar concorrer a mais de uma vaga deverá encaminhar um currículo para cada código em envelopes diferentes.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “*É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional*”.

ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 23

2- Setor Responsável: CENAP/DIBIO

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4 – **Contexto:** O Brasil é o país com maior diversidade biológica do mundo, com aproximadamente 120 mil espécies da fauna, destas, 627 foram avaliadas como ameaçadas de extinção. Sendo responsabilidade do governo brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o desenvolvimento de estratégias para conhecer e proteger esta riqueza, além de recuperar àquelas ameaçadas de extinção.

O Projeto PNUD BRA/08/023 tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão, proteção, uso público adequado e desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação Federais. e para tanto, tem como o resultado a ser alcançado: o *Estabelecimento de Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade, resultado 3*, com a geração dos seguintes produtos:

- Elaboração de Planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas;
- Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção; e
- Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.

5 – **Justificativa:** A Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção é uma ferramenta fundamental para as políticas públicas sendo instrumento referencial para orientar as ações de conservação de espécies: criação de áreas protegidas, fiscalização, licenciamento ambiental, entre outras. A atualização da Lista é um processo contínuo no qual são compiladas informações sobre a biologia de cada espécie e as ameaças para avaliá-las frente a critérios internacionalmente utilizados, estabelecidos pela IUCN.

6- **Propósito da contratação:** Consultoria para elaborar fichas de avaliação das espécies da Ordem Carnívora, visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.

7 – **Descrição das atividades:** Compilação de informações sobre: taxonomia, distribuição, tamanho populacional, habitat, história de vida, ecologia, ameaças, uso e ações de conservação, conforme ficha específica definida pelo ICMBio, com base no modelo da IUCN, para as 26(vinte e seis) espécies da Ordem Carnívora no Brasil. Para compilar estes dados faz-se necessário consulta à literatura científica, a especialistas, às sociedades científicas e à sociedade civil. As informações das espécies deverão ser consolidadas, bem como a construção de mapas de distribuição, visando a realização de oficina de avaliação do estado de conservação das espécies. O produto final deverá ser incluído no sistema de validação do ICMBio para publicação.

Durante todo o processo deverá ser constituída uma rede de contato com especialistas, pesquisadores, instituições governamentais e atores da sociedade civil.

7.1-Detalhamento:

I- Atividades a serem desenvolvidas

- Levantar, organizar, sistematizar dados, bases e outros materiais disponíveis sobre as espécies;
- Realizar contato com especialistas
- Elaborar fichas das espécies;
- Elaborar mapas de distribuição das espécies;
- Preparar Oficina de Trabalho; e
- Revisar produto final para publicação, utilizando sistema de validação do ICMBio.

II – Produtos a serem apresentados

- Ficha consolidada das espécies da Ordem Carnívora, elaborada.
Esse produto é a primeira etapa da compilação e sistematização de informações necessárias para a avaliação do estado de conservação das espécies e incluirá:
 - um pequeno texto e uma tabela síntese das informações oriundas do levantamento bibliográfico realizados;
 - um anexo com as fichas contendo as informações sobre taxonomia, distribuição geográfica, biologia, estratégias de vida e principais ameaças de cada uma das 300 espécies de carnívoras definidas para essa consultoria; e
 - listagem de potenciais sociedades científicas, instituições de pesquisa e pesquisadores especialistas nos grupos taxonômicos de interesse, a serem contatados na etapa de consulta direta.
- Mapas de distribuição das espécies da Ordem Carnívora, confeccionados.
Esse produto incluirá a apresentação dos mapas de ocorrência/distribuição de cada espécie, e seguirá os padrões e procedimentos estabelecidos pela IUCN, devendo ser apresentado em meio digital e

seguindo as orientações da CGESP.

O produto será construído com base nas informações levantadas para a apresentação do produto 3 e será submetido para validação na Oficina.

- c. Ficha consolidada das espécies revisada após resultado da consulta (direta e ampla), fichas apresentadas ao CENAP/ICMBio (01/08/10).

Esse produto é a segunda etapa da compilação e sistematização de informações nas fichas por espécie que visa submeter a compilação realizada no Produto 1 à especialistas para complementação de informação. Este produto incluirá:

- 1. um pequeno texto e uma tabela síntese das informações oriundas das **consulta direta** a Sociedades Científicas e Especialistas e da **consulta ampla** online, após o levantamento bibliográfico realizado no Produto 2, e do processo de validação pelos Coordenadores de Táxon;*
- 2. um anexo com todas as fichas ressaltando as informações provenientes das consultas, já VALIDADAS pelos Coordenadores de Táxon;*
- 3. listagem das informações provenientes das revisões bibliográficas, corrigidas nas consultas a especialistas sobre as áreas de ocorrência e de distribuição geográfica de cada espécie, necessária para a elaboração dos mapas.*

- d. Roteiro para a oficina de avaliação das espécies elaborado em conjunto com o CENAP/ICMBio.

Esse produto é o desenho metodológico da Oficina, que incluirá a definição dos participantes, definição da estrutura e logística necessária, elaboração de convites, e disponibilização de material base para o trabalho.

De posse da informação o ICMBio será responsável por custear a participação dos convidados e viabilizar local compatível para o evento.

- e. Fichas e mapas das espécies da Ordem Carnívora avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas e submetidas para editoração da Revista Biodiversidade Brasileira.

Esse produto consiste no conjunto de fichas prontas, com todas as informações revisadas após o workshop e em formato final para inclusão no sistema de editoração eletrônica (Revista Biodiversidade Brasileira). Para isso, será necessário revisar e editar textos e mapas, obter bibliografia e/ou referências, confirmar informações, escolher fotos e manter contato com especialistas para ajustar quaisquer detalhes que ficaram em aberto durante o workshop.

A Revista Biodiversidade Brasileira, é uma revista eletrônica do ICMBio, de amplo acesso por meio da internet, que servirá de plataforma para o processo de validação das avaliações das espécies visando submeter esta análise ao rito técnico-científico de um processo editorial.

7.2-Forma de apresentação:

- Os produtos deverão ser entregues em nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.
- O relatório final deverá ser entregue de forma preliminar para análise e aceite do CENAP/ICMBio.
- O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme necessidade, e entregar a versão final à Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção, para aprovação.
- Todo o processo deverá seguir roteiro estabelecido pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade do ICMBio, com a supervisão da Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade.
- Os produtos finais deverão ser elaborados em documento do *Word*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

7.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

7.4- Prazos:

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção ela terá um prazo de **15 dias** úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado deverá atender às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de **15 dias** após aprovação da versão preliminar pela Chefia da CGESP.

- Os produtos deverão ser entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

8 – PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1 - Ficha consolidada das espécies da Ordem Carnívora , elaborada.	R\$	30/09/10
Produto 2 - Mapas de distribuição das espécies da Ordem Carnívora , confeccionados.	R\$	30/10/10
Produto 3 - Ficha consolidada das espécies da Ordem Carnívora revisada após resultado da consulta (direta e ampla), fichas apresentadas ao CENAP/ICMBio (01/08/10).	R\$	20/01/11
Produto 4 - Roteiro para a oficina de avaliação das espécies da Ordem Carnívora elaborado em conjunto com o CENAP/ICMBio.	R\$	01/03/11
Produto 5 - Fichas e mapas das espécies da Ordem Carnívora avaliadas revisados pós-oficina e publicadas, elaboradas.	R\$	30/04/11
<p>OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.</p> <p>O consultor deverá residir no município de Atibaia, Estado de São Paulo durante a vigência do contrato e as despesas com viagens serão consideradas a partir deste município.</p> <p>A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo de técnico a ser designado pela direção da Diretoria de Conservação da Biodiversidade, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.</p> <p>Na execução das atividades o consultor deverá se reportar ao responsável institucional designado pelo CENAP/ICMBio para coordenação da avaliação dos carnívoros brasileiros, à sua Coordenação em Brasília à qual a ação estiver vinculada e à Direção do Projeto. Os produtos decorrentes da consultoria deverão ser recebidos e aprovados por estas instâncias.</p>		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
9. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto	
10. Período da Contratação	8 meses	
11. Valor do Contrato:	Total:R\$	
De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor. Desta forma, desde já, estipula 03 viagens, sendo duas para Brasília/DF e uma para Iperó/SP, para a presente consultoria.		
12. Nº de Vaga(s):	01	
13. Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior
	() Mestrado	() Doutorado
14. Formação(ões) Acadêmica (s): Biologia, Ecologia e áreas afins		
15. Especializações/Cursos: com ênfase em carnívoros; desejável experiência em elaboração de mapas em SIG.		
16. Experiência Profissional: Experiência de trabalho relacionado ao objeto da contratação de, no mínimo, 02 anos, desenvolvimento de pesquisas científicas e experiência de aplicação de metodologia da IUCN para avaliação do estado de conservação de mamíferos da Ordem Carnívora.		
OBS: O Consultor será avaliado também quanto ao nº. de publicações científicas sobre carnívoros.		
17. Tempo de Experiência Profissional: 02 anos		
18. Localidade de Realização do Trabalho: município de Atibaia-SP		
19. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
20. Conhecimentos em Informática (word e planilha excel)	(X) Sim	() Não
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim	() Não
22. Conhecimento em língua inglesa (leitura e escrita):	(X) Sim	() Não
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não
24. OBS: - Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a chefia da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção- CGESP. Esta negociação deverá partir do consultor		

contratado, que deverá emitir um documento formal para a CGESP, com anuência do responsável institucional designado pelo CENAP/ICMBio para coordenação da avaliação dos carnívoros brasileiros, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas.

- A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 24

2- Setor Responsável: CECAV/DIBIO

3 – Função do profissional a ser contratado: Consultoria Especializada

4 – Contexto: Entre as atividades da DIBIO - Diretoria de Conservação da Biodiversidade do INSTITUTO CHICO MENDES está a elaboração de planos de ação para conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas, que consistem em proposições de estratégias de conservação para regiões e ecossistemas ameaçados. O CECAV – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas está desenvolvendo um plano de ação de uma área com grande concentração de cavernas e importante biodiversidade associada. O plano é instrumento de implementação do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico.

O CECAV é unidade descentralizada do INSTITUTO CHICO MENDES, vinculado a DIBIO, e tem como objetivo, entre outros, realizar pesquisas científicas e propor ações para conservação dos ambientes cavernícolas e espécies associadas.

Frente à obrigação legal de conhecer, preservar e conservar o Patrimônio Espeleológico brasileiro e ao grande número de empreendimentos, potencial e comprovadamente lesivos a este Patrimônio, o Centro conta com vários instrumentos legais, entre eles, o “Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro” instituído pela Portaria MMA nº 358, de setembro de 2009 o qual sinaliza que as metas estabelecidas podem ser detalhadas em planos de ação para seu melhor desempenho e implementação.

Considerando que as regiões e áreas cársticas que ocorrem em todo território nacional atribuem ao Brasil um grande e valioso patrimônio espeleológico e que na Bacia do rio São Francisco há registro de grande número de cavidades pouco conhecidas, devido entre outros fatores, ao limitado investimento em estudos e prospecção. Considerando ainda que na Bacia do rio São Francisco a maioria das cavidades naturais subterrâneas – nas quais pequenas alterações podem gerar sérias ameaças a sua integridade – são alvo de graves problemas ambientais e conflitos sociais, devido a interesses socioeconômicos nas áreas onde estão inseridas, que podem estar relacionados ao turismo, extração de minérios, obras de infra-estrutura, assentamentos, entre outros.

O CECAV propõe a elaboração do “Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco”, por meio de um enfoque participativo em sua condução e para isso necessita promover a realização de uma oficina de planejamento estratégico.

Essa oficina, devido à grande diversidade de áreas amplamente ameaçadas por atividades antropicas diferentes, deverá contar com subsídios de quatro reuniões preparatórias (temáticas e regionais), onde grupos discutirão temas específicos que afetam o patrimônio espeleológico na sua região, contribuindo para a realização da oficina de planejamento estratégico.

Essas reuniões contarão com a presença de vários setores, dentre eles universidades, governo, sociedade civil e conseqüentemente com o aporte de diferentes opiniões. Para uma condução segura e imparcial do processo de elaboração do plano de ação, é necessária a contratação de consultoria especializada em gestão de conflitos, objetivando o desenho e moderação das reuniões e oficina, bem como a consolidação do documento final, contendo as medidas propostas, para a conservação do ambiente cárstico da bacia do rio São Francisco.

5 – Justificativa: As intervenções no ambiente cárstico, de forma geral, acabam por afetar, cedo ou tarde, as cavernas. Por serem em primeira instância o ponto nevrálgico do sistema cárstico, as cavernas estão sujeitas a todo tipo de modificação do ambiente externo.

Para minimizar esses efeitos negativos sobre o carste da Bacia do rio São Francisco, o CECAV propõe a elaboração do “Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco” como ferramenta estratégica para identificar os principais fatores de ameaça, relacionados à extração de minérios, obras de infra-estrutura, assentamentos, visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, científica entre outros e propor medidas visando a conservação desse patrimônio natural.

6- Propósito da contratação: Planejar, conduzir e relatar oficinas preparatórias e final a fim de elaborar minuta do Plano de Ação para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas cársticas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

7 – Descrição das atividades:

Revisar a consolidação das informações gerais já levantadas, auxiliar na busca de outras fontes de informação sobre as interferências efetivas e potenciais ameaças e ações (propostas de conservação implantadas no ambiente carstico); legislação etc., que serão abordados na contextualização do projeto (fase I).

Planejar, moderar e conduzir quatro reuniões preparatórias, propondo formas e ferramentas adequadas de planejamento, para junto aos atores institucionais definirem ações que subsidiarão as discussões na Oficina de

planejamento estratégico do projeto (fase II do plano). As reuniões serão regionais e temáticas e sugeridas para as seguintes localidades: Goiânia/GO, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA e Aracaju/SE.

Desenhar, moderar e conduzir uma Oficina de planejamento estratégico em Belo Horizonte/MG), de acordo com a roteiro proposto pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade, utilizando ferramentas adequadas de planejamento estratégico e gestão de conflitos, para elaborar o plano de ação proposto (fases I e II), gerando o documento final.

8.1- Detalhamento das atividades a serem desenvolvidas:

8.1.1 - Realizar três reuniões preliminares com a área técnica do Centro nas dependências do CECAV, para conhecimento sobre o assunto, com o objetivo de levantar subsídios para a elaboração da “análise e revisão do documento de contextualização”, apontando possíveis alterações, seja com relação à forma, conteúdo ou mesmo lacunas que deverão ser preenchidas com o subsídio das reuniões preparatórias. O grau de complexidade dessa atividade é baixo.

8.1.2 - Planejar, moderar, conduzir e consolidar relatório sobre a primeira reunião preparatória que será realizada em Goiânia, para a elaboração de levantamento da situação atual sobre “pesquisa e prospecção de cavernas na região da Bacia do São Francisco no DF e GO”, mais especificamente no leste do DF e Sul do Município de Formosa e o Município de Cabeceiras/GO, na qual se espera a participação de universidades e grupos espeleológicos. Deverá obter a indicação de áreas a serem estudadas, levantamentos realizados e não publicados e ações propostas que possam subsidiar a oficina de planejamento do Plano de Ação. O grau de complexidade dessa atividade é baixo, por se tratar de uma área de abrangência pequena, com o envolvimento apenas do setor de pesquisa.

8.1.3 - Planejar, moderar, conduzir e consolidar relatório sobre a segunda reunião preparatória que será realizada em Belo Horizonte/MG, elaborando levantamento da situação atual sobre a “mineração e infra-estrutura nos estados de MG e BA”, mais especificamente das regiões de Pains/MG, Unaí/MG, Montes Claros/MG, São Desidério/BA, Serra do Ramalho/BA, Campo Formoso/BA. Na qual se espera a participação de empreendedores da região, dos setores minerário e de infra-estrutura, com a indicação de problemas e mudanças pretendidas com relação à proteção do patrimônio espeleológico na região. O grau de complexidade para esta atividade é média apesar do tema ser polêmico e envolver setores da economia local.

8.1.4 - Planejar, moderar, conduzir e consolidar relatório sobre a terceira reunião preparatória que será realizada em Salvador/BA, elaborando levantamento da situação atual sobre a “pesquisa e turismo em cavernas nos estados de MG e BA”, mais especificamente das regiões de Pains/MG, Unaí/MG, Montes Claros/MG, São Desidério/BA, Serra do Ramalho/BA, Campo Formoso/BA. Contará com a participação de grupos espeleológicos, empreendedores na área do turismo de aventura e universidades, com a indicação de problemas e mudanças pretendidas com relação à proteção do patrimônio espeleológico na região. O grau de complexidade dessa atividade é médio, apesar de envolver setores da economia local e pesquisadores.

8.1.5 - Planejar, moderar, conduzir e consolidar relatório sobre a quarta reunião preparatória que será realizada em Aracaju/SE, elaborando levantamento da situação atual sobre a “pesquisa afeta ao patrimônio espeleológico nos estados de SE, AL e PE, contará com a participação de empreendedores da região, dos setores minerário, de infra-estrutura, turismo de aventura e universidades, com a indicação de áreas para pesquisa e levantamentos. O grau de complexidade dessa atividade é baixo, pois apesar de ter uma área de abrangência grande e envolver vários setores, não há registro de conflitos na região.

8.1.6 - Planejar, moderar e conduzir a oficina de planejamento para a elaboração da minuta do Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco a ser realizada em Belo Horizonte/MG. Esse momento consiste na síntese de todos os procedimentos anteriores, determinantes para a compreensão dos problemas que afligem os atores envolvidos, onde a realidade já conhecida e analisada (contextualização) será ordenada, iniciando dessa forma a segunda fase de elaboração do projeto, construindo documento contendo as “ações propostas, parcerias, prazos, custos, e limitações para a execução do plano de conservação do patrimônio espeleológico”. O grau de complexidade dessa atividade é alto, por tratar de temas polêmicos envolvendo setores diversos como empreendedores, órgãos de preservação e controle e universidades.

8.1.7 - Elaborar minuta de “Plano de Ação Nacional para conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco”, baseado na consolidação da fase I (quatro reuniões preparatórias) e fase II (oficina de planejamento estratégico), com base nos documentos gerados nas reuniões técnicas preliminares, reuniões preparatórias e oficina. O grau de complexidade dessa atividade é baixo.

8.2-Forma de apresentação:

- Os produtos serão entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.

- A forma de apresentação dos relatórios seguirá os padrões estabelecidos pela ABNT.
- O produto final será entregue de forma preliminar para análise e aceite da equipe do CECAV. O consultor adequará ou corrigirá os produtos conforme necessidade, e entregará a versão final.
- Todo o processo seguirá roteiro estabelecido pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade do ICMBio, com a supervisão da Coordenação de Planos de ação.
- Os produtos finais serão elaborados em documento formato .doc ou .xls compatível com *Microsoft Word* ou *Excel*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

9 Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

10- Prazos:

- Para a execução das atividades o consultor deverá se reportar à Chefia do CECAV, os produtos decorrentes da consultoria deverão ser recebidos e aprovados por essa instância.
- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia do CECAV, ela terá um prazo de **15 dias** úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado deverá atender às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de **15 dias** após aprovação da versão preliminar pela Chefia do CECAV.
- Os produtos deverão ser entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

11- PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
11.1) Documento base, analisado e revisado “ contextualização da situação na área de estudo ”, elaborado.....	R\$	30/09/10
11.2) Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre a “ pesquisa e prospecção de cavernas na região do São Francisco no DF e GO ”, elaborado.....	R\$	30/10/10
11.3) Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre a “ mineração e infra-estrutura nos estados de MG e BA ”, elaborado.....	R\$	30/11/10
11.4) Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre a “ pesquisa e turismo em cavernas nos estados de MG e BA ”, elaborado.....	R\$	20/01/11
11.5) Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da reunião preparatória sobre “ pesquisa afeta ao patrimônio espeleológico nos estados de SE, AL e PE , elaborado.....	R\$	28/02/11
11.6) Documento contendo as estratégias de condução e a consolidação da oficina de planejamento estratégico contendo a síntese dos procedimentos anteriores, “ ações propostas para o plano de conservação do patrimônio espeleológico ”, elaborado.....	R\$	15/04/11
11.7) Documento final: Minuta de Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Carsticas da Bacia do rio São Francisco, elaborado e aprovado.....	R\$	15/05/11

PERFIL DO PROFISSIONAL

12. Modalidade a ser Contratado:

(X) Produto

13. Período da Contratação

06 meses

14. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor. Desta forma, desde já, ficam estipuladas cinco viagens, que ocorrerão nas seguintes capitais: Goiânia (1), Belo Horizonte (1), Salvador (1) e Aracaju(1), e a Oficina, em Belo Horizonte(1). Serão ainda realizadas três reuniões preliminares na sede do CECAV em Brasília.			Total: R\$
15. Nº de Vaga(s):		01	
16. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input type="checkbox"/> Nível Superior	<input checked="" type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica (s): Ciências Humanas e/ ou exatas			
18. Experiência Profissional: Profissional com experiência comprovada em planejamento estratégico, gestão de conflitos, elaboração de planos de ação ou outros planos similares, conhecimento em ferramentas de planejamento, experiência em facilitação de reuniões, técnicas de discussão em grupo, experiência prévia com coordenação, moderação e relatoria de oficinas, preferencialmente relacionadas ao tema de espeleologia. Desejável a comprovação de conhecimento da legislação afeta ao tema, em especial o Decreto 99556 de 01/10/1990 modificado pelo Decreto 6640 de 07/11/2008, Resolução CONAMA 347 de 10/09/2004, Instrução Normativa MMA nº 02, de 20/08/2009 e Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro Portaria MMA nº 358, de 30 de setembro de 2009.			
19. Tempo de Experiência Profissional: 4(Quatro) anos			
22. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília/DF			
23. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
24. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
25. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
26. Conhecimento em língua inglesa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
27. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
28. OBS:			
<ul style="list-style-type: none"> • Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista. • Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a Chefia do CECAV. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal com a solicitação de alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas. • A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante. • O consultor contratado deverá residir, preferencialmente, em Brasília/DF. 			

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 25

2- Setor Responsável: CCAT/DIBIO

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico na área de geoprocessamento ambiental

4. Contexto: O Brasil é o país com maior diversidade biológica do mundo. Esta diversidade também se verifica nos tipos vegetacionais que ocorrem em nosso país. Assim, a redução de habitat, pelo avanço do desmatamento, tem ameaçado de extinção vegetações inteiras e, por conseguinte, espécies endêmicas e todos os seus processos biológicos. É responsabilidade do Governo brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes, o desenvolvimento de estratégias para conhecer e proteger esta riqueza de formações vegetais, além de propor medidas para recuperar aquelas, por ventura, ameaçadas de extinção.

O Projeto PNUD BRA/08/023 tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão, proteção, uso público adequado e desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação Federais, para tanto, tem como um de seus resultados a serem alcançados o “*Estabelecimento de Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade*”, com a geração de produtos para “*Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies*”.

5. Justificativa: O projeto de monitoramento do desmatamento dos biomas brasileiros por satélite, associado ao projeto de monitoramento da cobertura vegetal da bacia hidrográfica do rio São Francisco (MSFRAN), ambos desenvolvidos pelo Centro de Sensoriamento Remoto - CSR/IBAMA, tem realizado o monitoramento dos remanescentes de vegetação situados na bacia do rio São Francisco, em uma escala de 1:50.000. Assim, este projeto pretende complementar as informações sobre os remanescentes de vegetação presentes na bacia do rio São Francisco por meio de uma análise quantitativa dos fragmentos de vegetação ainda existentes nos biomas Cerrado e Caatinga na bacia e do grau de ameaça decorrentes da referida fragmentação e representatividade espacial.

6. Propósito da contratação: Mapear os tipos fitofisionômicos originais e remanescentes da bacia hidrográfica do rio São Francisco e dos biomas Cerrado e Caatinga e avaliar a representatividade das fitofisionomias remanescentes na bacia e nos biomas citados.

7. Atividades:

7.1 Descrição

7.1.1 Recorte do mapa vetorial de cobertura vegetal do Brasil na escala de 1:5.000.000 do IBGE, tendo, como máscara, o bioma Cerrado.

7.1.2 Recorte do mapa vetorial de cobertura vegetal do Brasil na escala de 1:5.000.000 do IBGE, tendo como máscara, o bioma Caatinga.

7.1.3 Recorte do mapa vetorial de cobertura vegetal do Brasil na escala de 1:5.000.000 do IBGE, tendo como máscara, a bacia hidrográfica do rio São Francisco coberta pelos biomas do Cerrado e da Caatinga.

7.1.4 Elaboração do mapa de cobertura vegetal remanescente da área de estudo (ano-base: 2008) para o bioma Cerrado.

7.1.5 Elaboração do mapa de cobertura vegetal remanescente da área de estudo (ano-base: 2008) para o bioma Caatinga.

7.1.6 Elaboração do mapa de cobertura vegetal remanescente da área de estudo (ano-base: 2008), tendo, como máscara, a bacia hidrográfica do rio São Francisco coberta pelos biomas do Cerrado e da Caatinga.

7.1.7 Quantificação das áreas originais e remanescentes por fitofisionomia, para os biomas Cerrado e Caatinga e para a bacia do rio São Francisco.

7.1.8 Elaboração do relatório técnico.

Para os itens 7.1.4, 7.1.5 e 7.1.6, deverão ser utilizados o mapeamento de remanescentes de cobertura vegetal dos biomas brasileiros (PROBIO) e o mapeamento de desmatamento dos biomas abertos do período de 2002-2008 (Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros que está sendo desenvolvido pelo Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA).

7.2 Detalhamentos adicionais:

- Verificar o estado de conservação das classes de vegetação nos biomas Cerrado e Caatinga e, em separado, para a bacia do rio São Francisco, determinando a área de cada classe de vegetação e sua representatividade para cada bioma e para a bacia do rio São Francisco.

- Avaliar, para o ano-base de 2008, qual a área desmatada por classe de vegetação para a bacia do rio São Francisco e para os biomas Cerrado e Caatinga.

- Verificar quais classes de vegetação estão protegidas por Unidades de Conservação (federais, estaduais ou municipais, além das Terras Indígenas) situadas nos biomas Cerrado e Caatinga e na bacia do rio São Francisco.

- Verificar quais classes de vegetação estão situadas dentro ou próximas de áreas prioritárias para a conservação nos

Biomass Cerrado e Caatinga e na bacia do rio São Francisco.

7.3 Formas de apresentação:

Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação. A forma de apresentação do relatório deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.

Um relatório preliminar deverá ser entregue para análise e aceite da equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga – CECAT. O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme necessidade.

O relatório final deverá ser entregue em formato digital compatível com MS Word, contendo a metodologia adotada e os resultados obtidos. Os mapas que constarão do relatório deverão ser entregues em arquivos digitais em formato *shapefile*, e ser impressos em formato A3. Os relatórios e os mapas deverão ser entregues em duas vias impressas e encadernadas e em duas vias digitais em CD-ROM.

7.4. Direitos autorais e de propriedade intelectual

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

7.5. Prazos:

A duração dos trabalhos para elaboração dos estudos e entrega dos relatórios está estimada em um período de até **dois meses**, contados a partir da assinatura de respectivo contrato.

Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia do CECAT, ela terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado deverá atender às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela Chefia do CECAT.

8. Produtos

8.1. Mapas (itens 8.1.1 a 8.1.3) de cobertura vegetal original do bioma Cerrado, bioma Caatinga e da bacia do São Francisco coberta pelos dois referidos biomas, em formato *shapefile*; mapas de cobertura vegetal remanescente (ano-base: 2008; itens 8.1.4 a 8.1.7) do bioma Cerrado, bioma Caatinga e da bacia do São Francisco coberta pelos dois referidos biomas, em formato *shapefile*; relatório técnico impresso e digital, confeccionados.

VALOR

DATA PREVISTA

R\$

30/09/2010

Obs.:

Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

O consultor deverá residir em Brasília/Distrito Federal durante a vigência do contrato e eventuais despesas com viagens serão consideradas a partir deste município.

A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo de técnico a ser designado pela direção do projeto PNUD BRA/08/023 e da Diretoria de Conservação da Biodiversidade, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.

Na execução das atividades o consultor deverá se reportar ao responsável institucional designado pelo ICMBio, à sua Coordenação em Brasília a qual a ação estiver vinculada e à Direção do Projeto. Os produtos decorrentes da consultoria deverão ser recebidos e aprovados por estas instâncias.

PERFIL DO PROFISSIONAL

9. Modalidade a ser Contratado:

(X) Produto

10. Período da Contratação

2 meses

11. Valor do Contrato:

De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.

Total: R\$

12. Nº de Vaga(s):

01

13. Nível Mínimo de Escolaridade Desejado:

() Nível Médio

(X) Nível Superior Completo

() Mestrado

() Doutorado

14. Formações Acadêmicas: Biologia, Geografia, Geologia, Ecologia e áreas afins

15. Especializações/Cursos: Especialização em Geoprocessamento desejada		
16. Experiência Profissional: Experiência com trabalhos sobre vegetação brasileira		
17. Tempo de Experiência Profissional: Mínimo de 2 anos na área de geoprocessamento.		
18. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília-DF		
19. Disponibilidade para Viagens:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
20. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
21. Conhecimento de classificação de vegetação:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
22. Conhecimento de língua estrangeira (inglês):	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
23. Capacidade de redação clara e concisa em português:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
24. Insumos Previstos: Computador e impressora a serem fornecidos pelo CECAT		
<p>25. Observações: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a chefia do Centro Nacional de Pesquisa para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga – CECAT. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para o CECAT, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas.</p> <p>A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para o Contratante.</p>		

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 26

2- Setor Responsável: CCAT/DIBIO

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4 – Contexto: O Brasil é o país com maior diversidade biológica do mundo, com aproximadamente 120 mil espécies da fauna, destas, 627 foram avaliadas como ameaçadas de extinção. Sendo responsabilidade do governo brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o desenvolvimento de estratégias para conhecer e proteger esta riqueza, além de recuperar àquelas ameaçadas de extinção.

O Projeto PNUD BRA/08/023 tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da pesquisa e da gestão, proteção, uso público adequado e desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas Unidades de Conservação Federais e para tanto, tem como o resultado a ser alcançado: o *Estabelecimento de Mecanismos de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade, resultado 3*, com a geração dos seguintes produtos:

- Elaboração de Planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas, regiões e ecossistemas;
- Atualização da Lista de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção; e
- Definição de modelo para avaliação do estado de ameaça e conservação de espécies.

5 – Justificativa: A Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção é uma ferramenta fundamental para as políticas públicas sendo instrumento referencial para orientar as ações de conservação de espécies: criação de áreas protegidas, fiscalização, licenciamento ambiental, entre outras. A atualização da Lista é um processo contínuo no qual são compiladas informações sobre a biologia de cada espécie e as ameaças para avaliá-las frente a critérios internacionalmente utilizados, estabelecidos pela IUCN.

6- Propósito da contratação: Consultoria para elaborar fichas de avaliação das espécies de **Mamíferos Aquáticos com ocorrência para o Brasil, visando a avaliação do estado de conservação, seguindo as categorias e os critérios da IUCN.**

7 – Descrição das atividades: Compilação de informações sobre: taxonomia, distribuição, tamanho populacional, habitat, história de vida, ecologia, ameaças, uso e ações de conservação, conforme ficha específica definida pelo ICMBio, com base no modelo da IUCN, para as 56 espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil.

Para compilar estes dados faz-se necessário consulta à literatura científica, à especialistas, às sociedades científicas e à sociedade civil. As informações das espécies deverão ser consolidadas, bem como a construção de mapas de distribuição, visando a realização de oficina de avaliação do estado de conservação das espécies. O produto final deverá ser incluído no sistema de validação do ICMBio para publicação.

Durante todo o processo deverá ser constituída uma rede de contato com especialistas, pesquisadores, instituições governamentais e atores da sociedade civil.

7.1-Detalhamento:

I- Atividades a serem desenvolvidas

- Levantar, organizar, sistematizar dados, bases e outros materiais disponíveis sobre as espécies;
- Realizar contato com especialistas
- Elaborar fichas das espécies;
- Elaborar mapas de distribuição das espécies;
- Preparar Oficina de Trabalho; e
- Revisar produto final para publicação, utilizando sistema de validação do ICMBio.

II – Produtos a serem apresentados

- Ficha consolidada das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, elaborada.
Esse produto é a primeira etapa da compilação e sistematização de informações necessárias para a avaliação do estado de conservação das espécies e incluirá:
 - um pequeno texto e uma tabela síntese das informações oriundas do levantamento bibliográfico realizados;
 - um anexo com as fichas contendo as informações sobre taxonomia, distribuição geográfica, biologia, estratégias de vida e principais ameaças de cada uma das 56 espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil definidas para essa consultoria; e
 - listagem de potenciais sociedades científicas, instituições de pesquisa e pesquisadores especialistas nos grupos taxonômicos de interesse, a serem contatados na etapa de consulta direta.
- Mapas de distribuição das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, confeccionados.
Esse produto incluirá a apresentação dos mapas de ocorrência/distribuição de cada espécie, e seguirá os padrões e procedimentos estabelecidos pela IUCN, devendo ser apresentado em meio digital e

seguindo as orientações da CGESP.

O produto será construído com base nas informações levantadas para a apresentação do produto 3 e será submetido para validação na Oficina.

- c. Ficha consolidada das espécies revisada após resultado da consulta (direta e ampla), fichas apresentadas ao CMA/ICMBio (01/10/10).

Esse produto é a segunda etapa da compilação e sistematização de informações nas fichas por espécie que visa submeter a compilação realizada no Produto 1 à especialistas para complementação de informação. Este produto incluirá:

1. um pequeno texto e uma tabela síntese das informações oriundas das **consulta direta** a Sociedades Científicas e Especialistas e da **consulta ampla** online, após o levantamento bibliográfico realizado no Produto 2, e do processo de validação pelo Coordenador de Táxon;
2. um anexo com todas as fichas ressaltando as informações provenientes das consultas, já VALIDADAS pelo Coordenador de Táxon;
3. listagem das informações provenientes das revisões bibliográficas, corrigidas nas consultas a especialistas sobre as áreas de ocorrência e de distribuição geográfica de cada espécie, necessária para a elaboração dos mapas.

- d. Roteiro para a oficina de avaliação das espécies elaborado em conjunto com o CMA/ICMBio.

Esse produto é o desenho metodológico da Oficina, que incluirá a definição dos participantes, definição da estrutura e logística, elaboração de convites, e disponibilização de material base para o trabalho.

De posse da informação o ICMBio será responsável por custear a participação dos convidados e viabilizar local compatível para o evento.

- e. Fichas e mapas das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil avaliadas revisados pós-oficina, elaboradas.

Esse produto consiste na inclusão no sistema de editoração eletrônica (Revista Biodiversidade Brasileira) todo o conjunto de fichas prontas, com todas as informações revisadas após o workshop e em formato final. Para isso, será necessário revisar e editar textos e mapas, obter bibliografia e/ou referências, confirmar informações, escolher fotos e manter contato com especialistas para ajustar quaisquer detalhes que ficaram em aberto durante o workshop.

A Revista Biodiversidade Brasileira, é uma revista eletrônica do ICMBio, de amplo acesso por meio da internet, que servirá de plataforma para o processo de validação das avaliações das espécies visando submeter esta análise ao rito técnico-científico de um processo editorial.

7.2-Forma de apresentação:

- Os produtos deverão ser entregues em nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.
- O relatório final deverá ser entregue de forma preliminar para análise e aceite do CMA/ICMBio.
- O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme necessidade, e entregar a versão final à Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção, para aprovação.
- Todo o processo deverá seguir roteiro estabelecido pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade do ICMBio, com a supervisão da Coordenação de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade.
- Os produtos finais deverão ser elaborados em documento do *Word*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM.

7.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

7.4- Prazos:

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção ela terá um prazo de **15 dias** úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado deverá atender às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de **15 dias** após aprovação da versão preliminar pela Chefia da CGESP.

- Os produtos deverão ser entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

8 – PRODUTOS	VALOR	DATA
--------------	-------	------

		PREVISTA
8.1 - Ficha consolidada das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, elaborada.	R\$	15/09/10
8.2- Mapas de distribuição das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, confeccionados.	R\$	01/10/10
8.3- Ficha consolidada das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil revisada após resultado da consulta (direta e ampla), fichas apresentadas ao CMA/ICMBio (01/08/10).	R\$	15/10/10
8.4 - Roteiro para a oficina de avaliação das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil elaborado em conjunto com o CMA/ICMBio.	R\$	15/10/10
8.5- Fichas e mapas das espécies de mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil avaliadas revisados pós-oficina e publicadas, elaboradas.	R\$	5/12/10
<p>OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.</p> <p>O consultor deverá residir no município de Brasília, Distrito Federal durante a vigência do contrato e as despesas com viagens serão consideradas a partir deste município.</p> <p>A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo de técnico a ser designado pela direção da Diretoria de Conservação da Biodiversidade, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.</p> <p>Na execução das atividades o consultor deverá se reportar ao responsável institucional designado pelo CMA/ICMBio para coordenação da avaliação dos mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, à sua Coordenação em Brasília à qual a ação estiver vinculada e à Direção do Projeto. Os produtos decorrentes da consultoria deverão ser recebidos e aprovados por estas instâncias.</p>		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
9. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto	
10. Período da Contratação	4 meses	
11. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor. Desta forma, desde já, estipula 01 viagem para Itamaracá (PE), para a presente consultoria.	Produtos: R\$	Passagens/Diárias: R\$
		Total: R\$
12. Nº de Vaga(s):	01	
13. Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	() Nível Superior
		(X) Mestrado
		() Doutorado
14. Formação(ões) Acadêmica (s): Biologia, Ecologia e áreas afins		
15. Especializações/Cursos: com ênfase em mamíferos aquáticos; desejável experiência em elaboração de mapas em SIG.		
16. Experiência Profissional: Experiência de trabalho relacionado a mamíferos aquáticos o objeto da contratação de, no mínimo, 04 anos, desenvolvimento de pesquisas científicas e experiência de aplicação de metodologia da IUCN para avaliação do estado de conservação de mamíferos aquáticos.		
17. Tempo de Experiência Profissional: 04 anos		
18. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília-DF		
19. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
20. Conhecimentos em Informática (word e planilha excel)	(X) Sim	() Não
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim	() Não
22. Conhecimento em língua inglesa (leitura e escrita):	(X) Sim	() Não
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não

24. OBS: - Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a chefia da Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas de Extinção- CGESP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CGESP, com anuência do responsável institucional designado pelo CMA/ICMbio para coordenação da avaliação dos mamíferos aquáticos com ocorrência no Brasil, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas.

- A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 27

2- Setor Responsável: CCUC/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado em estudos de levantamento fundiários

4 – Contexto: Em 2001, foi encaminhado ao então IBAMA solicitação conjunta de quatro associações representativas de comunidades tradicionais do município de Penalva da Baixada Maranhense requerendo a criação de uma reserva extrativista no município. Desde então técnicos do IBAMA realizaram estudos e diversas reuniões e mobilizações com vários atores envolvidos no processo, sociedade civil e entes públicos, a fim de dar encaminhamento à proposta. Com a divisão do IBAMA e criação do ICMBio vários processos foram paralisados, e precisam ser retomados, como reivindicação inclusive de movimentos sociais. Constatou-se o caso da proposta RESEX Enseada da Mata, que antes de proceder à Consulta Pública, faz-se necessária: a realização dos estudos fundiários, considerando-se as etapas do processo de criação de unidades de conservação como previsto na IN 03/2007, que *“disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável”*, é indispensável a realização dos estudos fundiários, com a profundidade estabelecida neste termo de referencia, estes últimos o objeto desta contratação.

5 – Justificativa: As Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são unidades de conservação genuinamente brasileiras e, dentre as demais categorias previstas no Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), apresentam uma série de particularidades e diferenciais. Como características gerais, estas duas categorias representam áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais/extrativistas, geridas por um Conselho Deliberativo e que permitem o uso sustentável dos recursos naturais e a implementação de estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. A criação destas unidades é motivada por demanda de populações tradicionais e seus objetivos vão além da conservação da biodiversidade e do próprio uso sustentável. Envolve o reconhecimento das comunidades tradicionais, de seus territórios e da importância do conhecimento e das práticas locais para a conservação ambiental.

As primeiras RESEX foram criadas no ano de 1990 nos estados do Acre, Amapá e Rondônia. A partir de então, o modelo expandiu-se da Amazônia para outros biomas e outros tipos de ecossistemas brasileiros. Apenas dois anos depois da instituição das primeiras RESEX florestais Amazônicas, foram criadas a primeira unidade costeiro-marinha e quatro unidades voltadas para o extrativismo nas Matas de Babaçu. Em 2006 a proposta expandiu-se também para o cerrado propriamente dito, com a criação de duas unidades no Estado de Goiás.

Atualmente o número de RESEX e RDS federais oficialmente criadas totalizam 57 unidades sendo 56 RESEX e uma RDS -distribuídas em 17 estados brasileiros e somando cerca de 11 milhões de hectares.

A regularização fundiária e consolidação territorial das Unidades de Conservação é um fator essencial para a implementação e gestão das mesmas e, no caso das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, é essencial para garantir o acesso das populações tradicionais aos recursos e ao território. Trata-se de requisito necessário para criação de unidades de conservação de uso sustentável da categoria de RESEX e RDS em consonância com a Instrução Normativa no 03, de 18 de setembro de 2007, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para criação dessa categoria de unidade de conservação e objeto do produto aqui proposto.

A Baixada Maranhense estende-se por 20 mil quilômetros quadrados, nos baixos cursos dos rios Mearim e Pindaré, e médios e baixos cursos dos rios Pericumã e Aurá, reunindo um conjunto de lagos e lagoas naturais, dentre eles se destacam os lagos Açú, Verde, Formoso, Carnaúba e Jatobá; extensos manguezais, babaçuais, campos inundados e matas de galeria. O complexo de lagos da Baixada Maranhense constitui uma região ecológica de distinta importância no Estado do Maranhã e no Nordeste.

Esse complexo lagunar e seus ecossistemas associados tem importância sócio-ambiental única, sendo que a integridade ambiental da região se relaciona intimamente com o modo de vida tradicional das populações humanas nativas como as quebradeiras de coco e outras populações ribeirinhas que vivem da extração do babaçu e da pesca artesanal na região e que serão contempladas na proposta de criação da RESEX Enseada da Mata justificando a complementação dos estudos para a regularização fundiária.

A área de estudo, que se refere a criação da RESEX Enseada da Mata engloba cerca de 11.500 ha, se localiza no município de Penalva e estão envolvidas na proposta de criação da unidade de conservação dezesseis povoados:

Bom-que-dói, Beira Lago, Santa Rosa, São Benedito, Oiteiro, Ponta Grande, Santa Luzia, Ponta do Corral, Gameleira, São José, São Miguel, São Joaquinzinho, Formiga, Angelim, Santa Maria e Sabueiro. Inclui em seu limite o lago Capivari e parte do lago Cajari, e as paisagens predominantes na área são os campos inundáveis e os mosaicos de vegetação secundária em diferentes estágios sucessionais, com presença predominante de palmeiras de babaçu. As famílias envolvidas na proposta da RESEX têm seu modo de vida baseado na agricultura familiar, na pesca artesanal e no extrativismo vegetal, em especial do babaçu.

6 – Propósito da Contratação: Elaborar estudos complementares para levantamento e caracterização da situação fundiária da área de interesse para criação da RESEX Enseada da Mata na região da Baixada Maranhense, município de Penalva, estado do Maranhão.

7 - Detalhamento das Atividades: As atividades a serem contempladas pela consultoria são as seguintes:

7.1. Planejamento:

7.1.1- Participar de até 3 reuniões programadas na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação e na Coordenação Geral de Regularização Fundiária (DIREP e DIUSP – ICMBio) e com o responsável institucional pela unidade de conservação (designado pelo ICMBio), conforme programação a ser estabelecida, para levantamento das informações e planejamento das atividades.

7.1.2 - Sistematização e análise das informações disponíveis:

Levantar, organizar e sistematizar informações, dados, documentos, relatórios, processos administrativos (incluindo estudos do processo de criação, fundiários, entre outros) e outros materiais disponíveis sobre a situação fundiária da área proposta para a criação da unidade de conservação

Finalizar essas duas etapas com a entrega do Produto 1

7.2. Execução do planejamento – trabalho de campo:

7.2.1- A partir das estratégias definidas no plano de trabalho, realizar visitas e trabalhos de campo na área proposta para criação da unidade, nos cartórios de registro de imóveis da região abrangida e em instituições pertinentes (prefeitura, órgão de terras do estado, INCRA, SPU, etc) para levantar e aprofundar as informações sobre a situação fundiária da unidade e sanar as lacunas de conhecimento, considerando:

A - Levantamento da documentação dos imóveis de domínio público (estadual e/ou federal) - as terras públicas (federais e estaduais) ou devolutas e em qual instituição estão registradas; percentual das áreas públicas e áreas privadas;

B - A existência de Ações Discriminatórias que incidam total ou parcialmente sobre a área objeto deste trabalho; a existência de decreto expropriatório e se o mesmo encontra-se em vigor; e a existência de títulos emitidos. No caso da existência de Ações Discriminatórias, deverão ser recolhidos mapas, a cópia da sentença ou acórdão e cópia da certidão referente à transcrição da sentença que discriminou a área, bem como cópias dos processos administrativos que versaram sobre habilitação de eventuais proprietários e posseiros de imóveis que incidam nos limites da unidade. Se a Discriminatória estiver em andamento ou apenas prevista, deverão ser fornecidos todos os dados sobre a sua área de abrangência, foro onde se desenvolvem os trabalhos, órgão responsável e situação atual da ação, bem como deverão ser coletadas cópias dos processos administrativos que versem sobre habilitação de eventuais proprietários e posseiros de imóveis incidentes nos limites da UC, se for o caso. Apresentar levantamento de demandas judiciais relativas a imóveis inseridos nos limites das unidades devidamente acompanhado de cópias reprográficas das principais peças processuais, tais como, petição inicial, contestação, decisões liminares, quando for o caso. Deverão ser buscados dados georreferenciados que subsidiem as peças técnicas relativas aos imóveis públicos e privados, tais como, mapas, memoriais descritivos e plantas a fim de verificar com maior precisão possível a localização das mesmas quanto aos limites da UC.

C - Caso a unidade esteja situada em área de conhecida abrangência ou proximidade a projetos de assentamento, territórios indígenas ou quilombolas devesse ser solicitada o levantamento da existência destes nos limites e/ou entorno imediato da unidade de conservação, indicando:

- se terra indígena, qual a situação jurídica da área indígena (requerida, reconhecida, homologada, demarcada), acompanhada de mapas e documentação legal pertinente;
- se área quilombola, qual fase do processo de titulação de territórios de remanescentes de quilombos se encontra (certificação pela Fundação Palmares, processo de regularização fundiária da terra junto ao INCRA, elaboração do RTID da comunidade, titulação já concluída, entre outros), acompanhada de mapas, memoriais descritivos e documentação legal pertinente.
- Se projeto de Assentamento, indicação do documento legal de criação ou reconhecimento, número de beneficiários e peças técnicas que possam subsidiar a correta localização do Projeto de Assentamento
- ou outra modalidade reconhecida pelo Poder Público com relação aos limites da unidade de conservação

7.2.2 - Levantamento in loco dos imóveis, com coleta de dados georreferenciados apurados em campo, a serem apresentados em meio digital ao ICMBio. Neste levantamento deverá constar relação das principais benfeitorias existentes acompanhado de relatório fotográfico. Os imóveis deverão ser analisados individualmente, com identificação do proprietário/posseiro e documentação da propriedade junto ao INCRA. Obs.: O levantamento em campo dos imóveis deverá ser feito considerando-se o modelo de relatório de vistoria (disponível na intranet do ICMBio).

Finalizar essas duas etapas com a entrega do Produto 2

7.3. Consolidação do documento de caracterização da situação fundiária da área proposta para a criação da RESEX Enseada da Mata:

– Consolidar o documento final com a identificação da dominialidade (terras de domínio privado, público estadual ou federal) e dos detentores da área de interesse (propriedade ou posse), propostas de ajustes nos limites da mesma em função da situação fundiária da área de estudo e plano e plano com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da mesma. As informações levantadas deverão, sempre que possível, ser apresentadas também na forma de mapas.

Finalizar essa etapa com a entrega dos Produtos 3, 4,5 e 6 e apresentação dos Produtos em Brasília.

7.4-Forma de apresentação:

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, em língua portuguesa, devidamente digitados e formatados, conforme padrão a ser disponibilizado pela CCUC.

Os relatórios de cada etapa devem ser disponibilizados ao responsável institucional designado pelo ICMBio, e a CCUC, em meio impresso e em meio digital, nos formatos doc e .pdf shapefile, compatível com o programa ArcGIS. Em todas páginas impressas dos documentos apresentados deve constar a rubrica do responsável técnico pelos mesmos, com assinatura na página final.

Deve ser listada a relação dos documentos de referencia consultados, de acordo com as recomendações da ABNT e os quadros deverão especificar as fontes dos dados.

Para a análise e aprovação os produtos devem ser apresentados ao responsável institucional designado pelo ICMBio, que os encaminhará à Coordenação do ICMBio responsável pela temática, acompanhada de parecer técnico.

Para a aprovação dos produtos a Coordenação do ICMBio responsável pela temática poderão indicar a necessidade de complementação ou alterações nos mesmos. A aprovação final dos produtos será feita pela Coordenação de Criação de Unidades de Conservação.

7.5-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais compartilhados com o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

7.6- Prazos:

A consultoria será realizada em até 120 dias, a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto, conforme programação abaixo.

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação prévia da CCUC-DIREP que terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar. Após a manifestação, o contratado deverá apresentar a versão final, se for o caso, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela CCUC-DIREP

8 – PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1 - Relatório com a caracterização da situação fundiária existente, documentação impressa e eletrônica da área de estudo para criação da RESEX Enseada da Mata, elaborado	R\$	30 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 - Relatório circunstanciado das atividades de	R\$	90 dias após a assinatura do

aprofundamento dos estudos de regularização fundiária da área para criação da RESEX Enseada da Mata, "in loco" nos cartórios da região e nos órgãos competentes, elaborado		contrato
Produto 3 – Pasta contendo cópia de documentos de prioridade (certidões de inteiro teor) e posse identificados, referentes a área para criação da RESEX Enseada da Mata, confeccionada	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 - Documento final de caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da RESEX Enseada da Mata, com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da futura unidade, elaborado.	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 5 - mapa 1 – Dados georeferenciados das ocupações das comunidades residentes na área proposta para a criação da RESEX Enseada da Mata, confeccionado.	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 6 - mapa 2 - Caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da RESEX Enseada da Mata, confeccionado	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
PERFIL DO PROFISSIONAL		
9. Modalidade a ser Contratado:		(X) Produto
10. Período da Contratação		4 meses
11. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor. Desta forma, desde já, estipulam-se até 3 (três) viagens à Brasília para reunião com a coordenação do projeto.		Total R\$
12. Nº de Vaga(s):	01	
13. Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior
	() Mestrado	() Doutorado
14. Formação(ões) Acadêmica (s): Profissionais de nível superior com experiência em áreas afins ao tema desse TDR.		
15. Especializações/Cursos Desejados: Curso nas áreas de Geodésia e Georreferenciamento e Agrimensura		
16. Experiência Profissional Desejada: Experiência anterior em estudos dessa natureza, relacionada ao objeto da contratação.		
17. Tempo de Experiência Profissional Desejado: 2 anos		
18. Localidade de Trabalho: Penalva-MA.		
19. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
20. Conhecimentos em Informática:	(X) Sim	() Não
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim	() Não
22. Conhecimento em língua inglesa	() Sim	(x) Não
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não
24. Insumos Previstos: Base de dados e documentação pertinente a regularização fundiária da área de estudo para criação da RESEX Enseada da Mata, além de modelo de relatório de Regularização do ICMBio. Os documentos, tais como certidão de inteiro teor serão solicitados oficialmente pelo ICMBio sendo suas cópias expedidas gratuitamente conforme determina o decreto lei 157 de 13 de abril de 1977 no seu artigo segundo. A Sede do CNPT-ICMBio localizada na cidade de São Luiz do Maranhão disponibilizara apoio na forma de viaturas para deslocamento e GPS para a realização dos trabalhos no município de Penalva – Maranhão.		
25. Observações: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a CCUC- Coordenação de Criação de Unidades de Conservação da DIREP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CCUC, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas. - A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante.		

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 28

2- Setor Responsável: CCUC/CGPI/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado em elaboração de diagnóstico de Pesca

4 – Contexto: O estabelecimento de um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade, sendo inclusive pactuado como meta a ser cumprida pelos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica - CDB. Mais recentemente essa estratégia vem sendo utilizada também para o ambiente marinho. Das mais de 5000 áreas protegidas do mundo, apenas 1300 incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos.

Atualmente, a região da foz do rio São Francisco, envolvendo o sul do estado de Alagoas e o norte do estado de Sergipe, possui 5 Unidades de Conservação que protegem o ambiente terrestre (REBIO Santa Isabel, a Estação Ecológica do Peba, a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu e a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte). O Refúgio da Vida Silvestre proposto no norte do estado de Sergipe ampliará esse importante sistema de proteção para a porção marinha da região.

A identificação da área proposta para a criação da unidade de conservação se deu a partir de monitoramentos realizados pela Universidade Federal de Sergipe, cruzeiros do Projeto Baleia Jubarte, mergulhos científicos em áreas de recife de corais e manifestações de apoio dos Projetos TAMAR e Peixe-boi-marinho.

A plataforma continental de Sergipe é descrita por Shepard, (1973) como uma das regiões marinhas mais rasas, estreitas e de talude mais abrupto do Atlântico. Em média, atinge 30 km de largura, variando de 18 a 42 km e não passa de 40 m de profundidade. É recortada por uma série de canais rasos e estreitos recobertos de lama e por dois grandes *canyons* submarinos.

A Universidade Federal de Sergipe realizou no período de dezembro de 2001 e 2002, junho de 2002 e 2003 quatro campanhas oceanográficas na região proposta para a criação da unidade. Durante esses trabalhos foram obtidos vários parâmetros físico-químicos da água, além de amostras da comunidade planctônica, nectônica e bentônica.

Campanhas oceanográficas realizadas no litoral sergipano em dezembro de 2001 e 2002, junho de 2002 e 2003, nas quais foram obtidos vários parâmetros físico-químicos da água, além de amostras da comunidade planctônica, nectônica e bentônica. A análise dos dados permitiu observar que no litoral de Sergipe a massa d'água predominante na plataforma é a Água Tropical, associada à Corrente do Brasil. Nos meses de verão (dezembro) há um enriquecimento das águas da plataforma continental pela Água Central do Atlântico Sul (ACAS) que apresenta temperaturas mais baixas e maior concentração de nutrientes. Este fenômeno de Ressurgência Costeira ocorre nas proximidades dos *canyons* do São Francisco e do Japarutuba. Durante o inverno, águas mais quentes são encontradas na Plataforma Continental e a salinidade superficial é bem menor no setor norte da plataforma, provavelmente por influência do rio São Francisco (Paes, *et al.*, 2007).

Segundo Paes, *et al.*, (2007), a fauna demersal da plataforma continental apresenta variações sazonais. Nos verões os maiores valores de abundância e riqueza de espécies se concentraram em áreas rasas, ao passo que nos invernos as abundâncias foram de maior magnitude e mais dispersas pela plataforma.

Um levantamento da comunidade bentônica, realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, através de amostragens com redes de arrasto, mergulho autônomo e amostrador tipo Corer, revelou que a área proposta para a criação da Unidade de Conservação, abriga pelo menos 128 espécies de invertebrados. Os mergulhos realizados durante este levantamento permitiram observar a presença de esponjas, algas e hidrozoários em grande quantidade, responsáveis por uma maior complexidade estrutural do ecossistema, fornecendo substrato, abrigo ou alimento para as espécies associadas, promovendo os elevados índices de biodiversidade encontrados na área.

Por sua vez, os arrastos capturaram os organismos da megafauna bêntica com maior importância econômica como os camarões, principalmente da espécie *Xiphopenaeus kroyeri* responsável por cerca de 80% dos exemplares capturados com esse equipamento. Destaca-se também a presença de caranguejos e siris, além de estrelas-do-mar e peixes demersais. A complexidade dos fundos encontrados nas áreas amostradas com a rede de arrasto se reflete na presença de blocos de algas calcárias e esponjas arrancados e trazidos a bordo pelas redes.

Os recifes de coral são considerados um dos mais velhos e biodiversos ecossistemas da Terra. Segundo Maida e Ferreira, (1997) no Brasil se distribuem por cerca de 3000 km na costa nordeste, desde o sul da Bahia até o Maranhão, e constituem os únicos ecossistemas recifais do Atlântico Sul. Acredita-se que os sedimentos descarregados sobre a plataforma continental pelo rio São Francisco inibem a presença de corais no litoral sergipano e apesar do desenvolvimento de corais não ser tão notável como em outros estados nordestinos, a ocorrência desses organismos já foi observada através de mergulhos, em profundidades entre 8m e 50m.

Em 2005 a equipe técnica da expedição cactáceos do nordeste investigou dois afloramentos recifais e formações calcárias, denominados de Robalo e Grageru, na costa de Sergipe e os descreveu como:

- Robalo: um complexo de afloramento mais próximo do continente com área aproximada de 1 hectare e localizado na isóbata de 12 metros com formações que se elevam entre 4 e 7 metros do fundo. Situa-se a aproximadamente 3,5 Milhas Náuticas do litoral.

- Grageru: Formação calcária com floresta de gorgônias e corais negros, distante cerca de 6 Milhas Náuticas do litoral e situada na isóbata dos 30 m. As formações se elevam a aproximadamente cinco metros do fundo e a área é de aproximadamente 40 hectares.

Quatro espécies de coral foram identificadas até o momento para o litoral de Sergipe, sendo que duas delas são endêmicas da costa Brasileira. Das quatro espécies, Três (*Siderastrea stellata* (endêmico do Brasil), *Mussismilia hispida* (endêmico do Brasil) e *Montrastea cavernosa* foram registradas na pedra do Robalo, em profundidades de 8 metros, enquanto a quarta espécie (*Scolymia welsii*) foi encontrada na pedra do Grageru, em profundidade de 27 metros (Alcântara *et al.*, 2006).

A baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) é classificada como vulnerável, com alto risco de extinção na natureza em médio prazo (IBAMA, 2001; IUCN, 2004). Esta espécie migra para regiões tropicais e subtropicais durante o inverno, vindo de áreas de alta latitude, a procura de águas mais quentes e rasas para a reprodução e cria (Dawbin, 1966; Clapham & Mead, 1999). No hemisfério sul, de uma maneira geral, as rotas migratórias ocorrem ao longo da costa, facilitando os estudos de comportamento migratório (Dawbin, 1966). Levantamentos aéreos e cruzeiros realizados pelo Instituto Baleia Jubarte ao longo da costa brasileira, desde o Rio Grande do Norte até São Paulo demonstraram claramente que os estados de Sergipe e principalmente da Bahia e Espírito Santo constituem os locais preferenciais para reprodução das baleias jubarte no Brasil.

O peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*) é uma espécie incluída em listas internacionais de proteção e no Brasil, consta na lista oficial de espécies da fauna ameaçadas de extinção, com uma população estimada de 500 animais para todo o litoral brasileiro. Distribui-se do estado de Alagoas ao Pará e é considerado desaparecido nos estados de Espírito Santo, Bahia e Sergipe. A partir de 1994 o Projeto Peixe-Boi iniciou um programa de reintrodução de Peixes-boi marinhos na natureza com o intuito de repovoar áreas de ocorrência histórica da espécie. Desde então um exemplar escolheu o litoral sul de Sergipe como principal área de permanência reforçando a importância do litoral Sergipano para a conservação da espécie no Brasil.

5 – Justificativa:

Na zona costeira do Brasil as unidades de conservação proporcionam uma razoável representatividade dos biomas, porém, quando computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva, verifica-se que menos de 0,4% dessa área está representada sob a forma de alguma categoria de unidade de conservação.

Por outro lado, é crescente a disseminação dos conceitos de que as áreas protegidas marinhas são essenciais para conservar a biodiversidade dos oceanos e para a manutenção da produtividade, especialmente dos estoques pesqueiros. No Brasil, o tamanho do litoral aliado à grande diversidade de ecossistemas e espécies gerou a falsa idéia de um inesgotável potencial de exploração, levando, em conseqüência, à adoção de políticas de desenvolvimento que pouco, ou quase nada, se preocuparam com a sustentabilidade do uso de seus recursos (Plano Nacional de Áreas Protegidas - Metas e Ações para a Zona Costeira e Marinha).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, estabelecido pelo Decreto Presidencial Nº 5758/2006, define entre suas diretrizes que “o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integradas a uma rede de áreas de uso múltiplo e que devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da biodiversidade com a recuperação dos estoques pesqueiros”.

A Lei 9.985/2000, no art.22, define que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade...”.

Considerando que a proposta de criação de unidade de conservação no litoral sergipano, abrange área marinha com potencial para a pesca, entendemos essencial para o esclarecimento da população envolvida quando da realização das consultas públicas, a elaboração de um diagnóstico de pesca na região.

6. Propósito da Contratação: Realização de diagnóstico e sistematização de informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários, para subsidiar a criação de Refúgio da Vida Silvestre na plataforma marinha de Sergipe.

7. Descrição das atividades:

7.1. Detalhamento

7.1.1. Elaborar um Plano de Trabalho com escopo, conteúdo e detalhamento das atividades, metodologia a serem empregadas, incluindo a forma de integração da equipe de trabalho, juntamente com o cronograma e bibliografia de referência;

7.1.2. Elaborar diagnóstico (de forma estruturada para compor um sistema de informações geográficas) das informações abióticas e bióticas sobre o ecossistema marinho incluindo as variáveis básicas a serem levantadas, produzidas e/ou trabalhadas (conforme descrição abaixo). O diagnóstico implica em analisar e sistematizar informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários sobre a plataforma continental interna, com informações sobre produtividade, parâmetros físico-químicos, sedimentologia e hidrodinâmica, com a conseqüente definição de compartimentos hidrográficos;

- Elementos do Meio Abiótico: caracterização e distribuição das formações geológicas, das unidades geomorfológicas, das fácies sedimentares, das morfologias costeiras e tipos do fundo, dos parâmetros hidrológicos da água do mar (temperatura, salinidade, produtividade primária, material em suspensão e

nutrientes), das massas d'água, das correntes marinhas (incluindo informações de direção, intensidade e forçantes), regime de ondas e marés, padrão de ventos e das condições climáticas da atmosfera. A distribuição dos elementos do meio abiótico inclui as variações espaciais (longitudinais e verticais da coluna d'água) e temporais (em escala adequada), dependendo de cada elemento.

- Elementos do Meio Biótico: caracterização da biota local (informações sobre ocorrência de espécies planctônicas, bentônicas e nectônicas). A caracterização inclui nome científico e vulgar e o tipo de habitat em que a espécie é encontrada. A fauna ameaçada de extinção (constante na lista nacional – MMA, e da IUCN), sobreexplorada (MMA) e endêmica deverá ser alvo de caracterização específica com informações sobre a ocorrência e distribuição espaço-temporal, importância comercial ou econômica, tipo e intensidade de pressão de pesca, extração ou outro tipo de ameaça, grau de endemismo, período de reprodução (se disponível), informações sobre a migração (quando for o caso) e sobre o ciclo de vida (se disponíveis).

7.1.3. Analisar e sistematizar informações que caracterizem o setor pesqueiro e aquícola considerando os seguintes aspectos:

- Caracterizar as pescarias da região em suas diferentes modalidades (pesca de subsistência, artesanal ou pequena escala, industrial e amadora), com especial enfoque para aquelas praticadas na área alvo do estudo, avaliando a dinâmica da atividade pesqueira, perfil da frota, artes de pesca utilizadas, insumos naturais utilizados e principais espécies capturadas, sua produtividade e histórico de captura, infraestrutura tecnológica (equipamentos de pesca, áreas de fundeio e atracação de embarcações, instalações de recepção e beneficiamento) e serviços disponíveis para o desenvolvimento da atividade pesqueira. A caracterização da atividade pesqueira deverá ocorrer por comunidade;
- Realizar levantamento das atividades de maricultura existentes, em implantação ou pleiteando autorização, bem como seu “status” no trâmite dos processos de uso em águas de domínio da União cadastrados no Ministério da Pesca, bem como os programas e projetos de desenvolvimento da aquíicultura. Os empreendimentos existentes deverão ser caracterizados em relação à batimetria, tipos de fundo, tipos de cultivo e grau tecnológico, estruturas instaladas, infra-estrutura de apoio, área ocupada (total e espelho d'água) pelo empreendimento, com as delimitações georreferenciadas, insumos naturais utilizados, espécies cultivadas;
- Caracterizar, localizar e mapear em base cartográfica georreferenciada, as áreas onde são desenvolvidas as atividades de maricultura e pesca, considerando a dinâmica das pescarias ao longo do ano. Relacionar os pesqueiros com as comunidades pesqueiras (associações e colônias) que os utilizam;
- Levantar o número aproximado de pescadores que dependem exclusivamente da pesca na área alvo do estudo, categorizando por tipo de pescaria, embarcação utilizada, comunidade pesqueira (associações e colônias), participação da família na atividade, analisando a relevância da atividade como cadeia produtiva. Considerar a demanda de produtos pesqueiros e a disponibilidade de recursos marinhos e a influência destas na dinâmica socioambiental da região;
- Identificar e caracterizar os conflitos da pesca e maricultura dentro do próprio segmento e com outras atividades, conflitos de uso dos recursos e/ou das áreas de exploração;
- Caracterizar o nível de organização social e empresarial (colônias e associações de pescadores e maricultores);
- Realizar o levantamento dos conhecimentos tradicionais detidos pelos pescadores e maricultores, sobre a biodiversidade, sobre a dinâmica dos recursos naturais e sobre o ambiente físico.
- Sistematizar, correlacionar e integrar as informações obtidas nos levantamentos relativos aos itens acima, visando proporcionar a melhor compreensão possível das formas de uso e apropriação dos recursos naturais pelas populações de pescadores e maricultores através de um Sistema de Informações Geográficas (SIG);

7.1.4. Compilar base e dados cartográficos existentes sobre a região na escala 1:50.000 ou maior quando possível e montar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) integrado com as informações levantadas nos itens anteriores incluindo:

- Mapa base, em escala 1:50.000, ou maior quando possível, contendo os seguintes temas: limites federais e estaduais, limites municipais/sedes, áreas urbanas, localidades e/ou comunidades, limites das áreas sob alguma forma de proteção inseridas na área de estudo (terras indígenas, Unidades de Conservação, áreas de mineração e áreas das Forças Armadas), rodovias e trilhas, hidrografia, curvas de nível, pontos cotados e batimetria;
- Mapa das feições do fundo marinho;
- Mapa das áreas onde são desenvolvidas as atividades de maricultura e das áreas dos pesqueiros, com todas as informações levantadas na caracterização do setor pesqueiro e aquícola descritas no item 8.1.3;
- Mapa com a distribuição dos recursos pesqueiros, da dinâmica do ecossistema e do ambiente físico, conforme apontado pelos pescadores;

- Mapa das zonas de conflito no uso dos recursos pesqueiros e da atividade aquícola e outros usos.

7.1.5. Propor mecanismos de inserção dos usuários locais como co-gestores dos recursos pesqueiros na área proposta para unidade de conservação;

7.1.6. Avaliar e caracterizar a capacidade e as potencialidades dos estuários e zona costeira que compõem o limite da nova UC para maricultura e a pesca, destacando as atividades com maior potencial de expansão e locais para novas capturas e cultivos.

7.2. Abrangência do Estudo e Caracterização da área de Estudo

Os serviços propostos neste termo abrangem os limites estabelecidos na proposta de criação da UC, descrito abaixo e a área no entorno sob influência imediata.

A área proposta para a criação do Refúgio da Vida Silvestre se estende a partir da foz do rio São Francisco por 66,97 km de costa na direção Sul, nos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, e Barra dos Coqueiros. A leste tem-se como limite a isóbata dos 30 metros de profundidade. A área total tem um perímetro de 176.633,70 km, totalizando 127.621,67 hectares. Os pontos que identificam os limites do polígono da unidade proposta estão listados no anexo I. O Datum utilizado na definição do polígono proposto foi o WGS-1984. O contorno da costa foi identificado a partir de imagem georreferenciada disponibilizada pelo SISCOM e obtida através do satélite CBERS 2, órbita 147-112 datada de 01/03/2009 (Anexo 2).

A forma irregular do polígono da UC deve-se à presença dos dois *cânions* submersos (São Francisco e Japarutuba) que estreitam a largura da plataforma continental na porção norte e sul da área da UC. Desta forma a distância da costa, na porção norte varia de 9,6km a 12,1 km. Na porção sul situa-se a cerca de 17 km enquanto que na área central mais larga, a UC alcançará uma distancia de 29 km da costa do estado de Sergipe.

Todo o polígono está situado em uma área que segundo o levantamento das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e Repartição de benefícios da biodiversidade brasileira é caracterizada como de importância extremamente alta a alta e prioridade extremamente alta a muito alta, e se encontra sobreposta aos polígonos identificados como: ao largo de Aracaju; área de exclusão da pesca do estuário do rio Sergipe; foz do rio São Francisco. Para essas áreas é recomendada a criação de UC e a criação de uma área de exclusão de pesca, de modo que o Refúgio da Vida silvestre proposto atenderia às duas recomendações (MMA, 2007) (Anexo 4).

As atividades de levantamento de informações deverão envolver dados publicados e não publicados, a serem obtidos junto às entidades voltadas à gestão ambiental, pesquisa científica, monitoramento ambiental, gestão e ordenamento da pesca, pesquisa socioeconômica e ao planejamento do desenvolvimento da região, além de dados obtidos por meio de entrevistas junto aos representantes dos órgãos públicos e diferentes segmentos econômicos com atuação na região, particularmente dos setores pesqueiro e aquícola.

Deverão ser consultados e avaliados os estudos sobre recursos marinhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), estudos, projetos, relatórios e publicações elaborados pelo Centro de Pesquisa e Gestão dos recursos Pesqueiros correspondente (CEPNOR/CEPENE/CEPSUL/CEPERG do IBAMA), bem como informações, projetos, dados, relatórios, estudos e publicações junto à outros órgãos públicos, tais como o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Marinha do Brasil, os órgãos estaduais de meio ambiente, as Prefeituras Municipais, Organizações Não-Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, empresas e suas entidades representativas com atuação na região, assim como junto às Associações e Colônias de pescadores, maricultores e armadores de pesca com atuação na região.

7.3 Forma de apresentação:

O consultor deverá observar as seguintes especificações quanto à forma de apresentação de resultados e produtos:

7.3.1. Textos

As versões preliminares e finais dos relatórios deverão ser entregues em papel e CD-ROM em forma de minuta, textos em padrão Word, versão XP, ou compatível, apresentar qualidade técnica e linguagem compatível com sua destinação, em língua portuguesa, papel formato A4, conforme normas da ABNT, espaço duplo, 1 via para avaliação da equipe técnica do contratante, que deverá aprová-lo antes da versão final de cada produto, que deverá ser apresentada em duas versões impressas, encadernadas e duas versões eletrônicas.

7.3.2. Mapas:

Os mapas (parciais e finais) deverão ser apresentados impressos em cópias coloridas e em formato A3, na escala 1:50.000 ou maior se possível, obedecendo às normas técnicas aplicadas à cartografia e utilizando-se de bases cartográficas oficiais para as regiões costeira e marinha, além de fotografias aéreas (se disponíveis) e imagens de satélite georreferenciadas recentes (se for necessário). Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digitais, e apresentadas em formato Shapefile (SHP) para dados vetoriais, Microsoft Access para o banco de dados e JPEG para imagens. Os arquivos de impressão também deverão ser entregues nos seguintes formatos: PDF (Portable Document Format); MXD (ArcGIS 9.2); PMF (ArcReader).

Os dados devem estar em sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude). Informações detalhadas dos seguintes dados deverão ser fornecidas em papel e em meio digital: descrição geral dos arquivos produzidos,

procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, entre outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

8. Direitos Autorais e de propriedade intelectual:

As especificações, desenhos, material, arquivos, relatórios e demais documentos elaborados pelo consultor na execução do objeto do Termo de Referência, pertencerão ao Contratante, e lhe serão entregues antes da data fixada para o término do Contrato.

O consultor poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento dependerá de autorização prévia e expressa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mesmo depois de encerrado o contrato.

Para a aprovação dos produtos, representantes da administração central do ICMBio poderão indicar a necessidade de complementações ou alterações nos mesmos.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários

9. Prazos: A consultoria será realizada em até **240 dias** (oito meses), a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto.

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação prévia da CCUC-DIREP que terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar. Após a manifestação, o contratado deverá apresentar a versão final, se for o caso, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela CCUC-DIREP

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10 . Produtos	Valor	Prazo
Produto 1: Relatório do diagnóstico ambiental com a sistematização dos dados e informações sobre o meio biótico e abiótico marinho, descrevendo e avaliando os itens elencados no item 8.1.2, elaborado e aprovado.	R\$	70 dias
Produto 3: Relatório com a sistematização dos dados e informações sobre a atividade pesqueira e aquícola, descrevendo e avaliando os aspectos elencados no item 8.1.3, bem como apresentação dos produtos cartográficos referentes ao item 8.1.4., elaborado e aprovado.	R\$	150 dias
Produto 4: Relatório sintético e analítico final, integrando e correlacionando os resultados obtidos nos demais produtos, apresentando contribuições para o desenho da unidade de conservação na área estudada, apresentando os resultados dos itens 8.1.5 e 8.1.6, elaborado e aprovado.	R\$	240 dias

Valor total do Contrato:

De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.

Total: R\$

OBS: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a CCUC-Coordenação de Criação de Unidades de Conservação da DIREP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CCUC, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas.

A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para o Contratante.

Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

11 - PERFIL DO PROFISSIONAL

Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto			
Período da Contratação:	8 meses			
Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior	() Mestrado	() Doutorado
Formação(ões) Acadêmica (s): Graduação na área de oceanografia, engenharia de pesca, biologia ou afins.				
Experiência Profissional: Experiência em estudos de caracterização ou diagnóstico de atividade pesqueira, preferencialmente em ambientes costeiros ou marinhos Experiência em Sistemas de Informações Geográficas.				
Tempo de Experiência Profissional: Experiência profissional de, no mínimo, 3 anos, em trabalhos de natureza similar aos propostos nesse termo de referência.				
Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim		() Não	
Conhecimentos em Informática:	(X) Sim		() Não	
Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim		() Não	
Conhecimento em língua inglesa	() Sim		(X) Não	
Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim		() Não	
OBS: O consultor deverá ter disponibilidade de tempo e compromisso de participação no trabalho, assim como capacidade de relacionamento adequado com áreas governamentais, empresarial e especialmente com as comunidades pesqueiras da região.				
12. Insumos Previstos: Todos os equipamentos e materiais necessários ao trabalho serão de responsabilidade do consultor, que contará com o apoio do ICMBio na obtenção de documentação, contatos e visitas às Unidade de Conservação, sempre mediante comunicação antecipada. O acesso a toda a documentação existente na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação/DIREP e demais representações do ICMBio, que possa auxiliar o trabalho do profissional responsável pela consultoria, lhe será facilitado, mediante prévia solicitação. Por ocasião do trabalho de campo poderão ser utilizadas as instalações das Unidades de Conservação federais da região, bem como meios de transporte destinados para este fim e outros equipamentos necessários, desde que haja disponibilidade e anuência da Chefia da Unidade..				

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 29

2- Setor Responsável: CCUC/CGPI/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4 – Contexto: Em abril de 2009, foram realizados estudos pelo TAMAR, ONG Oceânica, UFRN e IBAMA/RN, entre outros, com objetivo de fornecer subsídios para a criação de unidade de conservação da categoria Monumento Natural, na Praia da Pipa, município de Tibau de Sul/RN. Após análise dos referidos e vistoria na área proposta, associada a uma agenda de reuniões com movimentos ambientalistas locais, órgãos do governo e empresários constatou-se a necessidade de complementação das informações já existentes. Considerando-se as etapas do processo de criação e também o previsto na IN 05/2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal, os estudos apresentados necessitam ser mais aprofundados no que diz respeito ao diagnóstico preliminar da atividade pesqueira.

5 – Justificativa: O estabelecimento de um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade, sendo inclusive pactuado como meta a ser cumprida pelos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica - CDB. Mais recentemente essa estratégia vem sendo utilizada também para o ambiente marinho. Das mais de 5000 áreas protegidas do mundo, apenas 1300 incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos. Na zona costeira do Brasil as unidades de conservação proporcionam uma razoável representatividade dos biomas, porém, quanto computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva, verifica-se que menos de 0,4% dessa área estão sob a forma de alguma categoria de unidade de conservação.

Por outro lado, é crescente a disseminação dos conceitos de que as áreas protegidas marinhas são essenciais para conservar a biodiversidade dos oceanos e para a manutenção da produtividade, especialmente dos estoques pesqueiros. No Brasil, o tamanho do litoral aliado a grande diversidade de ecossistemas e espécies gerou a falsa idéia de um inesgotável potencial de exploração, levando, em consequência, à adoção de políticas de desenvolvimento que pouco, ou quase nada, se preocuparam com a sustentabilidade do uso de seus recursos (Plano Nacional de Áreas Protegidas - Metas e Ações para a Zona Costeira e Marinha).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, estabelecido pelo Decreto Presidencial No 5758/2006, define entre suas diretrizes que “o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integradas a uma rede de áreas de uso múltiplo e que devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da biodiversidade com a recuperação dos estoques pesqueiros”.

Nesse contexto, a área proposta para a criação do Monumento Natural de Pipa se destaca pela impressionante beleza cênica, com a presença de falésias e dunas vegetadas, inclui áreas de formações recifais, apresenta a ocorrência de fauna marinha ameaçada (como a tartaruga-de-pente, o boto cinza e o peixe-boi marinho), e se destaca pela grande concentração de fragmentos de floresta atlântica, em excelente status de conservação, incluindo núcleos de vegetação em estágio primário. Além disso, a área do Monumento Natural está inserida em uma região considerada de prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade segundo publicação do Ministério do Meio Ambiente.

6. Propósito da Contratação: Realização de diagnóstico, caracterização e sistematização de informações sobre a atividade pesqueira para subsidiar a criação do Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul – RN.

7 – Descrição das atividades:

7.1- Detalhamento

7.1.1- Elaborar um Plano de Trabalho com escopo, conteúdo e detalhamento das atividades, metodologia a serem empregadas, juntamente com o cronograma e bibliografia de referência;

7.1.2- Analisar e sistematizar informações que caracterizem o setor pesqueiro e aquícola considerando os seguintes aspectos:

7.1.2.1 - Caracterizar as pescarias da região de abrangência do estudo (descrito no item 8.2) em suas diferentes modalidades (pesca de subsistência, artesanal ou pequena escala, industrial e amadora), com especial enfoque para aquelas praticadas na área alvo do estudo, avaliando a dinâmica da atividade pesqueira, perfil da frota, artes de pesca utilizadas, insumos naturais utilizados e principais espécies capturadas, sua produtividade e histórico de captura, infra-estrutura tecnológica (equipamentos de pesca, áreas de fundeio e atracação de embarcações, instalações de recepção e beneficiamento) e serviços disponíveis para o desenvolvimento da atividade pesqueira. A caracterização da atividade pesqueira deverá ocorrer por comunidade;

7.1.2.2 - Realizar levantamento das atividades de maricultura existentes, em implantação ou pleiteando autorização, bem como seu “status” no trâmite dos processos de uso em águas de domínio da União cadastrados no Ministério da Pesca, bem como os programas e projetos de desenvolvimento da aquíicultura. Os

empreendimentos existentes deverão ser caracterizados em relação à batimetria, tipos de fundo, tipos de cultivo e grau tecnológico, estruturas instaladas, infra-estrutura de apoio, área ocupada (total e espelho d'água) pelo empreendimento, com as delimitações georreferenciadas, insumos naturais utilizados, espécies cultivadas;

7.1.2.3 - Levantar o número aproximado de pescadores que dependem exclusivamente da pesca na área alvo do estudo, categorizando por tipo de pescaria, embarcação utilizada, comunidade pesqueira (associações e colônias), participação da família na atividade, analisando a relevância da atividade como cadeia produtiva. Considerar a demanda de produtos pesqueiros e a disponibilidade de recursos marinhos e a influência destas na dinâmica socioambiental da região;

7.1.2.4 - Identificar e caracterizar os conflitos da pesca e maricultura dentro do próprio segmento e com outras atividades, tais como o de petróleo e gás e de instalações portuárias; conflitos de uso entre os recursos e/ou das áreas de exploração;

7.1.2.5- Caracterizar o nível de organização social e empresarial (colônias e associações de pescadores e maricultores);

7.1.3- Sistematizar, correlacionar e compilar a base de dados cartográficos existentes sobre a região na escala 1:50.000 ou maior quando possível e montar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) integrado com as informações levantadas no item anterior com as descritas abaixo, visando proporcionar a melhor compreensão possível das formas de uso e apropriação dos recursos naturais pelas populações de pescadores e maricultores:

- Mapa base, em escala 1:50.000, ou maior quando possível, contendo os seguintes temas: limites federais e estaduais, limites municipais/sedes, áreas urbanas, localidades e/ou comunidades, limites das áreas sob alguma forma de proteção inseridas na área de estudo (terras indígenas, Unidades de Conservação, áreas de mineração e áreas das Forças Armadas), rodovias e trilhas, hidrografia e batimetria;
- Mapa das feições do fundo marinho;
- Mapa das áreas onde são desenvolvidas as atividades de maricultura e das áreas dos pesqueiros, com todas as informações levantadas na caracterização do setor pesqueiro e aquícola. Relacionar os pesqueiros com as comunidades pesqueiras (associações e colônias) que os utilizam;
- Mapa com a distribuição dos recursos pesqueiros, da dinâmica do ecossistema e do ambiente físico, conforme apontado pelos pescadores;
- Mapa das zonas de conflito no uso dos recursos pesqueiros e da atividade aquícola e outros usos.

7.1.4- Propor mecanismos de inserção dos usuários locais como co-gestores dos recursos pesqueiros na área proposta para unidade de conservação;

7.1.5- Avaliar e caracterizar a capacidade e as potencialidades da zona costeira que compõem o limite da nova UC para maricultura e a pesca, destacando as atividades com maior potencial de expansão e locais para novas capturas e cultivos.

7.2- Abrangência do Estudo

Os serviços propostos neste termo abrangem os limites estabelecidos pela área marinha da proposta de criação do Monumento Natural da Pipa no município de Tibau do Sul – RN e a área do seu entorno sob influência da proposta bem como a Lagoa de Guarairas.

As atividades de levantamento de informações deverão envolver dados publicados e não publicados, a serem obtidos junto às entidades voltadas à gestão ambiental, pesquisa científica, monitoramento ambiental, gestão e ordenamento da pesca, pesquisa socioeconômica e ao planejamento do desenvolvimento da região, além de dados obtidos por meio de entrevistas junto aos representantes dos órgãos públicos e diferentes segmentos econômicos com atuação na região, particularmente dos setores pesqueiro e aquícola.

Deverão ser consultados e avaliados os estudos sobre recursos marinhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), estudos, projetos, relatórios e publicações elaborados pelo Centro de Pesquisa e Gestão dos recursos Pesqueiros correspondente (CEPNOR/CEPENE/CEPSUL/CEPERG do IBAMA), bem como informações, projetos, dados, relatórios, estudos e publicações junto à outros órgãos públicos, tais como o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Marinha do Brasil, os órgãos estaduais de meio ambiente, as Prefeituras Municipais, Organizações Não-Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, empresas e suas entidades representativas com atuação na região, assim como junto às Associações e Colônias de pescadores, maricultores e armadores de pesca com atuação na região.

7.3- Forma de apresentação:

O consultor deverá observar as seguintes especificações quanto à forma de apresentação de resultados e produtos:

7.3.1. Textos

As versões preliminares e finais dos relatórios deverão ser entregues em papel e CD-ROM em forma de minuta, textos em padrão Word, versão XP, ou compatível, apresentar qualidade técnica e linguagem compatível com sua destinação, em língua portuguesa, papel formato A4, conforme normas da ABNT, espaço duplo, 1 via para avaliação da equipe técnica do contratante, que deverá aprová-lo antes da versão final de cada produto, que deverá ser apresentada em duas versões impressas, encadernadas e duas versões eletrônicas.

7.3.2. Mapas:

Os mapas (parciais e finais) deverão ser apresentados impressos em cópias coloridas e em formato A3, na escala 1:50.000 ou maior se possível, obedecendo às normas técnicas aplicadas à cartografia e utilizando-se de bases cartográficas oficiais para as regiões costeira e marinha, além de fotografias aéreas (se disponíveis) e imagens de satélite georreferenciadas recentes (se for necessário). Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digitais, e apresentadas em formato Shapefile (SHP) para dados vetoriais, Microsoft Access para o banco de dados e JPEG para imagens. Os arquivos de impressão também deverão ser entregues nos seguintes formatos: PDF (Portable Document Format); MXD (ArcGIS 9.2); PMF (ArcReader).

Os dados devem estar em sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude). Informações detalhadas dos seguintes dados deverão ser fornecidas em papel e em meio digital: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, entre outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

8. Direitos Autorais e de propriedade intelectual:

As especificações, desenhos, material, arquivos, relatórios e demais documentos elaborados pelo consultor na execução do objeto do Termo de Referência, pertencerão ao Contratante, e lhe serão entregues antes da data fixada para o término do Contrato.

O consultor poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento dependerá de autorização prévia e expressa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mesmo depois de encerrado o contrato.

Para a aprovação dos produtos, representantes da administração central do ICMBio poderão indicar a necessidade de complementações ou alterações nos mesmos.

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato serão de propriedade do contratante e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários

9. Prazos: A consultoria será realizada em até **120 dias** (quatro meses), a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto.

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação prévia da CCUC-DIREP que terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar. Após a manifestação, o contratado deverá apresentar a versão final, se for o caso, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela CCUC-DIREP.

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10 – PRODUTOS	Valor	Prazo
Produto 1: Relatório com a caracterização e diagnóstico da atividade pesqueira e aquícola, descrevendo os aspectos elencados no item 8.1.2., elaborado e aprovado.	R\$.	60 dias
Produto 2: Relatório com a sistematização dos dados e informações sobre a atividade pesqueira e aquícola, apresentando-os conforme os elementos cartográficos descritos no item 8.1.3, elaborado e aprovado.	R\$.	90 dias
Produto 3: Relatório sintético e analítico final, integrando e correlacionando os resultados obtidos nos demais produtos, apresentando contribuições para o desenho da unidades de conservação na área estudada, apresentando os resultados dos itens 8.1.4 e 8.1.5, elaborado e aprovado	R\$	120 dias
Valor total do Contrato: PS: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.		Total: R\$

OBS: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a CCUC-Coordenação de Criação de Unidades de Conservação da DIREP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CCUC, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas.

A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para o Contratante.

Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista

PERFIL DO PROFISSIONAL

11. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto			
12. Período da Contratação:	4 meses			
13. Nº de Vaga(s):	01			
14. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input type="checkbox"/> Nível Superior	<input checked="" type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
15. Formação(ões) Acadêmica (s): Graduação na área de oceanografia, engenharia de pesca, biologia ou afins com pós-graduação (nível mestrado) na área de biologia pesqueira.				
16. Experiência Profissional: Experiência em estudos de caracterização ou diagnóstico de atividade pesqueira, preferencialmente em ambientes costeiros ou marinhos Experiência em Sistemas de Informações Geográficas.				
17. Tempo de Experiência Profissional: Experiência profissional de, no mínimo, 3 anos, em trabalhos de natureza similar aos propostos nesse termo de referência.				
18. Localidade de Realização do Trabalho: Tibau do Sul - RN				
19. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
20. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
22. Conhecimento em língua inglesa	<input type="checkbox"/> Sim		<input checked="" type="checkbox"/> Não	
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
24. OBS: O consultor deverá ter disponibilidade de tempo e compromisso de participação no trabalho, assim como capacidade de relacionamento adequado com áreas governamentais, empresarial e especialmente com as comunidades pesqueiras da região.				
25. Insumos Previstos: Todos os equipamentos e materiais necessários ao trabalho serão de responsabilidade do consultor, que contará com o apoio do ICMBio na obtenção de documentação, contatos e visitas às Unidade de Conservação, sempre mediante comunicação antecipada. O acesso a toda a documentação existente na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação/DIREP e demais representações do ICMBio, que possa auxiliar o trabalho do profissional responsável pela consultoria, lhe será facilitado, mediante prévia solicitação. Por ocasião do trabalho de campo poderão ser utilizadas as instalações das Unidades de Conservação federais da região, bem como meios de transporte destinados para este fim e outros equipamentos necessários, desde que haja disponibilidade e anuência da Chefia da Unidade.				

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 30

2- Setor Responsável: CCUC/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4 – Contexto: O estabelecimento de um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade, sendo inclusive pactuado como meta a ser cumprida pelos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica - CDB. Mais recentemente essa estratégia vem sendo utilizada também para o ambiente marinho. Das mais de 5000 áreas protegidas do mundo, apenas 1300 incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos. Na zona costeira do Brasil as unidades de conservação proporcionam uma razoável representatividade dos biomas, porém, quanto computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva, verifica-se que aproximadamente 0,6% dessa área estão sob a forma de alguma categoria de unidade de conservação.

Por outro lado, é crescente a disseminação dos conceitos de que as áreas protegidas marinhas são essenciais para conservar a biodiversidade dos oceanos e para a manutenção da produtividade, especialmente dos estoques pesqueiros. No Brasil, o tamanho do litoral aliado a grande diversidade de ecossistemas e espécies gerou a falsa idéia de um inesgotável potencial de exploração, levando, em consequência, à adoção de políticas de desenvolvimento que pouco, ou quase nada, se preocuparam com a sustentabilidade do uso de seus recursos (Plano Nacional de Áreas Protegidas - Metas e Ações para a Zona Costeira e Marinha). O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, estabelecido pelo Decreto Presidencial N° 5758/2006, define entre suas diretrizes que “o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integradas a uma rede de áreas de uso múltiplo e que devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da biodiversidade com a recuperação dos estoques pesqueiros”.

Neste contexto, a região costeira e marinha da plataforma continental do extremo sul do Brasil é particularmente relevante para o alcance das metas, seja pela importância biogeográfica da região, seja pelos fenômenos sazonais de transporte de águas férteis que promovem o aumento da produção primária, sustentando uma elevada abundância e diversidade de recursos pesqueiros. A costa da plataforma continental do extremo sul do Brasil é formada por praias arenosas expostas e sem reentrâncias com uma declividade suave contendo principalmente sedimentos terrígenos. Tais áreas foram indicadas como extremamente relevantes para a conservação segundo o projeto “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha”, publicada pelo MMA. Além disso, estes ambientes estão sujeitos a alta pressão antrópica, em virtude do grande desenvolvimento da pesca artesanal e industrial.

5 – Justificativa: A Plataforma Sul do Brasil situa-se na confluência da Convergência Subtropical do Atlântico Sul formando um sistema dinâmico e produtivo, com características ambientais próprias que sustentam uma elevada abundância e diversidade de peixes e pescarias. A pesca é o principal fator de ameaça para os grupos historicamente explorados, tais como os elasmobrânquios, e também para espécies que são capturadas incidentalmente. Os elasmobrânquios que ocorrem na área têm sido explorados por intensas pescarias dirigidas de curta duração, o que tem promovido o rápido colapso das mesmas. Dentre as espécies em estado crítico de conservação, encontram-se o caçõo listrado (*Mustelus fasciatus*), o caçõo martelo (*Shpyrna lewini*), a viola (*Rhinobatos horkellii*) e as duas espécies de caçõo-anjo (*Squatina occulta* e *S. gugeinheim*). A proteção de populações regionais destas espécies tem sido apontada como uma das principais estratégias de conservação junto com medidas efetivas da gestão pesqueira, tais como a proibição de pescarias dirigidas a espécies criticamente ameaçadas e a redução da captura incidental. Além disso, a região abriga importante população da toninha (*Pontoporia blainvillei*), a espécie de mamífero marinho mais ameaçado do Atlântico Sul Ocidental. O principal impacto sobre a espécie está associado à interação com a pesca e o fechamento de determinadas áreas com a proibição das artes de pesca associadas à maior probabilidade de captura têm sido indicada como fundamental para recuperação da espécie. Assim, com o intuito de buscar coerência no planejamento e proposição do Parque Nacional do Albardão, esta consultoria visa auxiliar o ICMBio na consolidação da proposta.

6- Propósito da contratação: Elaboração de estudos técnicos de sistematização de informações sobre a biodiversidade marinha e a atividade pesqueira, com o objetivo de consolidar a proposta de criação do Parque Nacional Marinho do Albardão.

7 – Descrição das atividades: As atividades do consultor envolvem a sistematização de informações ambientais da área marinha e a realização de diagnóstico da atividade pesqueira, conforme detalhamento a seguir.

7.1-Detalhamento:

A - Elaborar um Plano de Trabalho com escopo, conteúdo e detalhamento das atividades, metodologia a serem empregadas, juntamente com o cronograma e bibliografia de referência;

B – Elaborar diagnóstico (de forma estruturada para compor um sistema de informações geográficas) das informações abióticas e bióticas sobre o ecossistema marinho incluindo as variáveis básicas a serem levantadas, produzidas

e/ou trabalhadas (conforme descrição abaixo). O diagnóstico implica em analisar e sistematizar informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários sobre a plataforma continental interna, com informações sobre produtividade, parâmetros físico-químicos, sedimentologia e hidrodinâmica, com a conseqüente definição de compartimentos hidrográficos;

- Elementos do Meio Abiótico: caracterização e distribuição das formações geológicas, das unidades geomorfológicas, das fácies sedimentares, das morfologias costeiras e tipos do fundo, dos parâmetros hidrológicos da água do mar (temperatura, salinidade, produtividade primária, material em suspensão e nutrientes), das massas d'água, das correntes marinhas (incluindo informações de direção, intensidade e forçantes), regime de ondas e marés, padrão de ventos e das condições climáticas da atmosfera. A distribuição dos elementos do meio abiótico inclui as variações espaciais (longitudinais e verticais da coluna d'água) e temporais (em escala adequada), dependendo de cada elemento.
- Elementos do Meio Biótico: caracterização da biota local (informações sobre ocorrência de espécies planctônicas, bentônicas e nectônicas). A caracterização inclui nome científico e vulgar e o tipo de habitat em que a espécie é encontrada. A fauna ameaçada de extinção (constante na lista vermelha do RS, nacional – MMA, e da IUCN), sobreexplotada (MMA) e endêmica deverá ser alvo de caracterização específica com informações sobre a ocorrência e distribuição espaço-temporal, importância comercial ou econômica, tipo e intensidade de pressão de pesca, extração ou outro tipo de ameaça, grau de endemismo, período de reprodução (se disponível), informações sobre a migração (quando for o caso) e sobre o ciclo de vida (se disponíveis).

C– Elaborar diagnóstico sobre a atividade pesqueira e da aqüicultura. O diagnóstico implica em analisar e sistematizar informações secundárias sobre: caracterização das pescarias e das atividades pesqueiras incidentes no ambiente costeiro nas suas diferentes modalidades (pesca de subsistência, artesanal ou pequena escala, industrial e amadora); avaliação da dinâmica espaço-temporal da atividade, do perfil da frota, das artes de pesca e dos insumos naturais utilizados; identificação e caracterização das variáveis chaves, do ponto de vista socioeconômico e ambiental (locais e artes de pesca – redes de espera, arrasto, cercos fixos, espinheis, etc. -, perfil do pescador, participação da família na atividade, etc.); avaliação e caracterização dos conflitos de uso dos recursos e/ou das áreas de exploração; informações sobre as espécies capturadas (alvos e de forma incidental), sua produtividade e históricos de captura, além da infra-estrutura tecnológica (equipamentos de pesca, áreas de fundeio e atracação de embarcações, instalações de recepção e beneficiamento) e serviços disponíveis para o desenvolvimento da atividade pesqueira. O diagnóstico da pesca também deve contemplar levantamento e quantificação da ocorrência dos arrastos de praia (censo) e o perfil socioeconômico destes pescadores.

O diagnóstico de informações da maricultura deve fornecer dados sobre as atividades existentes, em implantação ou pleiteando autorização, bem como seu “status” no trâmite dos processos de uso em águas de domínio da União cadastradas no Ministério da Pesca, bem como os programas e projetos de desenvolvimento da aqüicultura. Os empreendimentos existentes deverão ser caracterizados em relação à batimetria, tipos de fundo, tipos de cultivo e grau tecnológico, estruturas instaladas, infra-estrutura de apoio, área ocupada (total e espelho d'água) pelo empreendimento, com as delimitações georreferenciadas, insumos naturais utilizados, espécies cultivadas.

D – Identificar e analisar potenciais econômicos vinculados aos ambientes costeiros, bem como os conflitos de interesse entre ocupação do solo, conservação dos recursos naturais e implementação de empreendimentos de iniciativa pública e privada;

E - Conjugar os elementos de diagnóstico físico-biótico e pesqueiro, para estabelecer cenário consolidado da proposta de criação do Parque Nacional Marinho do Albardão, ao sistematizar e espacializar as informações acima mencionadas em sistema de informações geográficas de modo a facilitar a interpretação visual e a caracterização da área de estudo.

7.2 - Forma de apresentação:

O consultor deverá observar as seguintes especificações quanto à forma de apresentação de resultados e produtos:

7.2.1 - Textos

As versões preliminares e finais dos relatórios deverão ser entregues em papel e CD-ROM em forma de minuta, textos em padrão Word, versão XP, ou compatível, apresentar qualidade técnica e linguagem compatível com sua destinação, em língua portuguesa, papel formato A4, conforme normas da ABNT, espaço duplo, 1 via para avaliação da equipe técnica do contratante, que deverá aprová-lo antes da versão final de cada produto, que deverá ser apresentada em duas versões impressas e encadernadas, além da versão eletrônica.

7.2.2 – Mapas:

Os mapas (parciais e finais) deverão ser apresentados impressos em 2 cópias coloridas e em formato A3, em escala compatível, obedecendo às normas técnicas aplicadas à cartografia e utilizando-se de bases cartográficas oficiais para as regiões costeira e marinha, além de fotografias aéreas (se disponíveis) e imagens de satélite georreferenciadas recentes (se for necessário). Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digitais, e apresentadas em formato Shapefile (SHP) para dados vetoriais, Microsoft Access para o banco de dados e JPEG para imagens. Os arquivos de impressão também deverão ser entregues nos seguintes formatos: PDF

(Portable Document Format); MXD (ArcGIS 9.2); PMF (ArcReader).

Os dados devem estar em sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude). Informações detalhadas dos seguintes dados deverão ser fornecidas em papel e em meio digital: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, entre outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

7.2.3 – Aspectos gerais:

As especificações, desenhos, material, arquivos, relatórios e demais documentos elaborados pelo consultor na execução do objeto do Termo de Referência, pertencerão ao Contratante, e lhe serão entregues antes da data fixada para o término do Contrato.

O consultor poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento dependerá de autorização prévia e expressa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mesmo depois de encerrado o contrato.

As atividades de levantamento de informações objeto desta consultoria deverão envolver dados publicados e não publicados, a serem obtidos junto às entidades voltadas à gestão ambiental, pesquisa científica e monitoramento ambiental. Deverão ser consultados e avaliados os estudos sobre recursos marinhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), bem como informações, projetos, dados, relatórios, estudos e publicações junto aos órgãos públicos, tais como o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Marinha do Brasil, os órgãos estaduais de meio ambiente, as Prefeituras Municipais, Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil.

Para a aprovação dos produtos, representantes da administração central do ICMBio poderão indicar a necessidade de complementações ou alterações nos mesmos.

7.2.4 – Abrangência:

Os serviços propostos neste termo abrangem os limites estabelecidos na proposta de criação da UC e a área no entorno sob influência imediata, a ser definida em conjunto com a equipe do ICMBio.

7.3-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato serão de propriedade do contratante e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

7.4- Prazos:

A consultoria será realizada em até **180 dias** (seis meses), a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto, conforme porcentagem descrita anteriormente.

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação prévia da CCUC-DIREP que terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar. Após a manifestação, o contratado deverá apresentar a versão final, se for o caso, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela CCUC-DIREP

8 – PRODUTOS

Produto 1: Relatório do diagnóstico ambiental com a sistematização dos dados e informações sobre o meio biótico e abiótico marinho, descrevendo e avaliando os itens elencados no tópico B do item 8.1. Aqui também devem ser apresentados os produtos cartográficos em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1, elaborado e aprovado.

Produto 2: Relatório do diagnóstico pesqueiro e dos potenciais econômicos vinculados aos ambientes costeiros com a sistematização dos dados e informações, descrevendo e avaliando os itens elencados nos tópicos C e D do item 8.1. Aqui também devem ser apresentados

	VALOR	DATA PREVISTA
R\$		60 dias
R\$		120 dias

os produtos cartográficos em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1, elaborado e aprovado.				
Produto 3: Relatório sintético e analítico final integrando as informações sistematizadas nos produtos anteriores, na forma definitiva e devidamente consolidada, revisada e complementada, se for o caso. Aqui também deve ser apresentado o produto cartográfico final em um Sistema de Informações Geográficas, conforme descrito no tópico E do item 8.1, elaborado e aprovado.	R\$		180 dias	
OBS: Outros mapas que contribuam para a compreensão e interpretação das informações obtidas ao longo do trabalho também devem ser inseridos nos produtos acima descritos de acordo com o tema abordado.				
PERFIL DO PROFISSIONAL				
9. Modalidade a ser Contratado:				(X) Produto
10. Período da Contratação				6 meses
11. Valor do Contrato: PS: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.				Total: R\$
12. Nº de Vaga(s): 01				
13. Nível de Escolaridade Desejado:		() Nível Médio	() Nível Superior	(X) Mestrado () Doutorado
14. Formação(ões) Acadêmica (s): Graduação na área de oceanografia, biologia ou ecologia com mestrado em oceanografia.				
15. Especializações/Cursos:				
16. Experiência Profissional: Experiência comprovada em Sistemas de Informações Geográficas e Biologia pesqueira.				
17. Tempo de Experiência Profissional: Experiência de, no mínimo, 3 anos, em trabalhos de natureza similar aos propostos nesse termo de referência.				
18. Localidade de Realização do Trabalho: Cidade de Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul				
19. Disponibilidade para Viagens:		(X) Sim	() Não	
20. Conhecimentos em Informática:		(X) Sim	() Não	
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:		(X) Sim	() Não	
22. Conhecimento em língua inglesa		(X) Sim	() Não	
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.		(X) Sim	() Não	
24. Insumos Previstos:				
25. OBS: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a CCUC-Coordenação de Criação de Unidades de Conservação da DIREP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CCUC, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas. - A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante.				

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 31

2- Setor Responsável: CCUC/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4 – Contexto: Em 2005, foi encaminhado ao então IBAMA solicitação conjunta de colônias de pescadores, ONGs, e comunidades tradicionais do litoral sul de Sergipe requerendo a criação de uma reserva extrativista na região. Desde então técnicos do IBAMA realizaram estudos e diversas reuniões e mobilizações com vários atores envolvidos no processo, sociedade civil e entes públicos, a fim de dar encaminhamento à proposta. Com a divisão do IBAMA e criação do ICMBio vários processos foram paralisados, e precisam ser retomados, como reivindicação inclusive de movimentos sociais. Constatou-se, caso da proposta RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, que antes de proceder à Consulta Pública, são necessárias: a remobilização das comunidades interessadas e a realização dos estudos fundiários, estes últimos são o objeto desta contratação.

Considerando-se as etapas do processo de criação de UCs e também o previsto na IN 03/2007, que “disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável”, é indispensável a realização dos estudos fundiários, com a profundidade estabelecida neste termo de referencia.

5 – Justificativa: O estabelecimento de um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade, sendo inclusive pactuado como meta a ser cumprida pelos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica - CDB. Mais recentemente essa estratégia vem sendo utilizada também para o ambiente marinho e costeiro. Das mais de 5000 áreas protegidas do mundo, apenas 1300 incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos. Na zona costeira do Brasil as unidades de conservação proporcionam uma razoável representatividade dos biomas, porém, quanto computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva, verifica-se que menos de 0,4% dessa área estão sob a forma de alguma categoria de unidade de conservação.

Por outro lado, é crescente a disseminação dos conceitos de que as áreas protegidas marinhas são essenciais para conservar a biodiversidade dos oceanos e para a manutenção da produtividade, especialmente dos estoques pesqueiros. No Brasil, o tamanho do litoral aliado a grande diversidade de ecossistemas e espécies gerou a falsa idéia de um inesgotável potencial de exploração, levando, em consequência, à adoção de políticas de desenvolvimento que pouco, ou quase nada, se preocuparam com a sustentabilidade do uso de seus recursos (Plano Nacional de Áreas Protegidas - Metas e Ações para a Zona Costeira e Marinha).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, estabelecido pelo Decreto Presidencial No 5758/2006, define entre suas diretrizes que “o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integradas a uma rede de áreas de uso múltiplo e que devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da biodiversidade com a recuperação dos estoques pesqueiros”.

Deve-se considerar ainda que os ecossistemas costeiros e marinhos brasileiros vêm sofrendo pressões cada vez mais intensas, que desencadeiam diversos tipos de conflitos ambientais e fundiários relacionados à ocupação descontrolada da costa brasileira, e a sobreexploração dos recursos. Estes conflitos se repetem e tendem a se intensificar também no litoral de Sergipe. Dentre os principais tensores locais destaca-se o desmatamento dos bosques de mangue e a sua conversão para agricultura, infra-estrutura habitacional, viveiros para aquicultura (piscicultura, carcinicultura), estradas, turismo, que causam mudanças no padrão hidrodinâmico do manguezal, com diminuição da produtividade pesqueira, e da qualidade de vida das populações dependentes destes ecossistemas.

Neste contexto se insere a área da proposta RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, que abrange importantes fragmentos de restinga, mata atlântica, ecossistemas marinhos e o maior remanescente de manguezais do estado. A proposta está inserida na Área Prioritária para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Portaria MMA09/2007) denominada MaZc459 - *Litoral e complexo das matas do sul de Sergipe*, de importância *Extremamente Alta* e prioridade *Extremamente Alta*, com ação prioritária indicada a criação *Unidade de Conservação de categoria a ser definida*. Destaca-se ainda, para a área da proposta, a ocorrência do guigó-do-Sergipe *Callicebus coimbrai*, espécie de primata restrita ao estado do Sergipe e norte da Bahia, sendo classificada como criticamente ameaçada de extinção (IUCN,2005) O litoral sul de Sergipe abriga o complexo estuarino mais rico em termos de manguezais e produção pesqueira de peixes e caranguejo-uçá do estado. Este complexo estuarino, que é formado pela área de influência das desembocaduras dos rios Piauí, Fundo, e Real, compreende o maior remanescente do ecossistema manguezal do Estado, exigindo empenho na proteção dos recursos, para garantir a sobrevivência e bem-estar das comunidades que residem ou se utilizam dos recursos nesta região, e a perenidade dos processos ecológicos. As bacias dos rios Real e Piauí são as duas principais bacias hidrográficas do Estado. Os municípios do complexo estuarino Piauí/Fundo/Real, abrangidos pela proposta de criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, são responsáveis por 24% de toda produção pesqueira do Sergipe (IBAMA, 2006), sendo a região historicamente reconhecida como a principal

fornecedora de peixes e carangueijo-ucá para o estado(ADEMA,1984).

O estado de Sergipe até o momento não possui nenhuma Unidade de Conservação que tenha como objetivo a promoção do desenvolvimento local baseada na utilização sustentada dos recursos naturais.

A região dos estuários dos rios Piauí/Fundo/Real, dadas suas peculiaridades, apresenta além de sua importância para a conservação dos ecossistemas costeiros, características sócio-ambientais que favorecem a criação de Reserva Extrativista, uma vez que naquela área vivem populações de pescadores jangadeiros e quilombolas, e parte destas comunidades realiza ainda o extrativismo da mangaba.

6. Propósito da Contratação: Elaborar estudos complementares para levantamento e caracterização da situação fundiária da área de interesse para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, na área de influência do complexo estuarino Piauí/Fundo/Real, no estado do Sergipe.

7 – Detalhamento das Atividades: As atividades a serem contempladas pela consultoria são as seguintes:

7.1. Planejamento:

7.1.1- Participar de até 3 reuniões programadas na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação e na Coordenação Geral de Regularização Fundiária (DIREP e DIUSP – ICMBio) e com o responsável institucional pela unidade de conservação (designado pelo ICMBio), conforme programação a ser estabelecida, para levantamento das informações e planejamento das atividades.

7.1.2 - Sistematização e análise das informações disponíveis:

Levantar, organizar e sistematizar informações, dados, documentos, relatórios, processos administrativos (incluindo estudos do processo de criação, fundiários, entre outros) e outros materiais disponíveis sobre a situação fundiária da área proposta para a criação da unidade de conservação

Finalizar essas duas etapas com a entrega do Produto 1

7.2. Execução do planejamento – trabalho de campo:

7.2.1- A partir das estratégias definidas no plano de trabalho, realizar visitas e trabalhos de campo na área proposta para criação da unidade, nos cartórios de registro de imóveis da região abrangida e em instituições pertinentes (prefeitura, órgão de terras do estado, INCRA, SPU, etc) para levantar e aprofundar as informações sobre a situação fundiária da unidade e sanar as lacunas de conhecimento, considerando:

A - Levantamento da documentação dos imóveis de domínio público (estadual e/ou federal) - as terras públicas (federais e estaduais) ou devolutas e em qual instituição estão registradas; percentual das áreas públicas e áreas privadas;

B - A existência de Ações Discriminatórias que incidam total ou parcialmente sobre a área objeto deste trabalho; a existência de decreto expropriatório e se o mesmo encontra-se em vigor; e a existência de títulos emitidos. No caso da existência de Ações Discriminatórias, deverão ser recolhidos mapas, a cópia da sentença ou acórdão e cópia da certidão referente à transcrição da sentença que discriminou a área, bem como cópias dos processos administrativos que versaram sobre habilitação de eventuais proprietários e posseiros de imóveis que incidam nos limites da unidade. Se a Discriminatória estiver em andamento ou apenas prevista, deverão ser fornecidos todos os dados sobre a sua área de abrangência, foro onde se desenvolvem os trabalhos, órgão responsável e situação atual da ação, bem como deverão ser coletadas cópias dos processos administrativos que versem sobre habilitação de eventuais proprietários e posseiros de imóveis incidentes nos limites da UC, se for o caso. Apresentar levantamento de demandas judiciais relativas a imóveis inseridos nos limites das unidades devidamente acompanhado de cópias reprográficas das principais peças processuais, tais como, petição inicial, contestação, decisões liminares, quando for o caso. Deverão ser buscados dados georreferenciados que subsidiem as peças técnicas relativas aos imóveis públicos e privados, tais como, mapas, memoriais descritivos e plantas a fim de verificar com maior precisão possível a localização das mesmas quanto aos limites da UC.

C - Caso a unidade esteja situada em área de conhecida abrangência ou proximidade a projetos de assentamento, territórios indígenas ou quilombolas deveser solicitado o levantamento da existência destes nos limites e/ou entorno imediato da unidade de conservação, indicando:

- se terra indígena, qual a situação jurídica da área indígena (requerida, reconhecida, homologada, demarcada), acompanhada de mapas e documentação legal pertinente;
- se área quilombola, qual fase do processo de titulação de territórios de remanescentes de quilombos se encontra (certificação pela Fundação Palmares, processo de regularização fundiária da terra junto ao INCRA, elaboração do RTID da comunidade, titulação já concluída, entre outros),acompanhada de mapas, memoriais descritivos e documentação legal pertinente.
- Se projeto de Assentamento, indicação do documento legal de criação ou reconhecimento, número de beneficiários e peças técnicas que possam subsidiar a correta localização do Projeto de Assentamento
- ou outra modalidade reconhecida pelo Poder Público com relação aos limites da unidade de conservação

7.2.2 - Levantamento in loco dos imóveis, com coleta de dados georreferenciados apurados em campo, a serem apresentados em meio digital ao ICMBio. Neste levantamento deveser constar relação das principais benfeitorias existentes acompanhado de relatório fotográfico. Os imóveis deverão ser analisados individualmente, com identificação do proprietário/posseiro e documentação da propriedade junto ao INCRA. Obs.: O levantamento em campo dos imóveis deveser feito considerando-se o modelo de relatório de vistoria (disponível na intranet do ICMBio).

Finalizar essas duas etapas com a entrega do Produto 2

7.3. Consolidação do documento de caracterização da situação fundiária da área proposta para a criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras:

– Consolidar o documento final com a identificação da dominialidade (terras de domínio privado, público estadual ou federal) e dos detentores da área de interesse (propriedade ou posse), propostas de ajustes nos limites da mesma em função da situação fundiária da área de estudo e plano com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da mesma. As informações levantadas deverão, sempre que possível, ser apresentadas também na forma de mapas.

Finalizar essa etapa com a entrega dos Produtos 3, 4, 5 e 6 e apresentação dos Produtos em Brasília.

7.4-Forma de apresentação:

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, em língua portuguesa, devidamente digitados e formatados, conforme padrão a ser disponibilizado pela CCUC.

Os relatórios de cada etapa devem ser disponibilizados ao responsável institucional designado pelo ICMBio, e a CCUC, em meio impresso e em meio digital, nos formatos doc e .pdf shapefile, compatível com o programa ArcGIS. Em todas páginas impressas dos documentos apresentados deve constar a rubrica do responsável técnico pelos mesmos, com assinatura na página final.

Deve ser listada a relação dos documentos de referencia consultados, de acordo com as recomendações da ABNT e os quadros deverão especificar as fontes dos dados.

Para a análise e aprovação os produtos devem ser apresentados ao responsável institucional designado pelo ICMBio, que os encaminhará à Coordenação do ICMBio responsável pela temática, acompanhada de parecer técnico.

Para a aprovação dos produtos a Coordenação do ICMBio responsável pela temática poderão indicar a necessidade de complementação ou alterações nos mesmos. A aprovação final dos produtos será feita pela Coordenação de Criação de Unidades de Conservação.

7.5-Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais compartilhados com o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

- Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

7.6- Prazos:

A consultoria será realizada em até 120 dias, a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto, conforme programação abaixo.

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação prévia da CCUC-DIREP que terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar. Após a manifestação, o contratado deverá apresentar a versão final, se for o caso, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela CCUC-DIREP.

8 – PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1 - Relatório com a caracterização da situação fundiária existente, documentação impressa e eletrônica da área de estudo para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, elaborado	R\$	30 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 - Relatório circunstanciado das atividades de aprofundamento dos estudos de regularização fundiária	R\$	90 dias após a assinatura do contrato

da área para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, "in loco" nos cartórios da região e nos órgãos competentes, elaborado		
Produto 3 – Pasta contendo cópia de documentos de prioridade (certidões de inteiro teor) e posse identificados, referentes a área para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, confeccionada	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 - Documento final de caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, plano com encaminhamento das ações necessárias para regularização fundiária da futura unidade, elaborado.	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 5 - mapa 1 – Dados georeferenciados das ocupações das comunidades residentes na área proposta para a criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, confeccionado.	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
Produto 6 - mapa 2 - Caracterização da situação fundiária da área de estudo para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, confeccionado	R\$	120 dias após a assinatura do contrato
PERFIL DO PROFISSIONAL		
9. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto	
10. Período da Contratação	4 meses	
11. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor. Desta forma, desde já, estipulam-se até 3 (três) viagens à Brasília para reunião com a coordenação do projeto.	Total: R\$	
12. Nº de Vaga(s):	01	
13. Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior
	() Mestrado	() Doutorado
14. Formação(ões) Acadêmica (s): Profissionais de nível superior com experiência em áreas afins ao tema desse TDR.		
15. Especializações/Cursos Desejados: Curso nas áreas de Geodésia e Georreferenciamento e Agrimensura		
16. Experiência Profissional Desejada: Experiência anterior em estudos dessa natureza, relacionada ao objeto da contratação.		
17. Tempo de Experiência Profissional Desejado: 2 anos		
18. Localidade de Trabalho: Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba - SE		
19. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
20. Conhecimentos em Informática:	(X) Sim	() Não
21. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim	() Não
22. Conhecimento em língua inglesa	() Sim	(x) Não
23. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não
24. Insumos Previstos: Base de dados já existente e documentação pertinente a regularização fundiária da área de estudo para criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe/Mangabeiras, na área de influência do complexo estuarino Piauí/Fundo/Real, no estado do Sergipe, além de modelo de relatório de Regularização do ICMBio. Os documentos, tais como certidão de inteiro teor serão solicitados oficialmente pelo ICMBio sendo suas cópias expedidas gratuitamente conforme determina o decreto lei 157 de 13 de abril de 1977 no seu artigo segundo.		
25. Observações: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a CCUC- Coordenação de Criação de Unidades de Conservação da DIREP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CCUC, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas. - A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para a Contratante.		

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 32

2- Setor Responsável: CPLAM/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4. Contexto: A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km², sendo cortada por mais de mil rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio de sua Coordenação de Planos de Manejo (CPLAM), vinculada à Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP), é a responsável pelos planos de manejo (PM), das unidades de conservação federais.

No ano de 1981, por meio do Decreto Nº 86.061, do dia 2 de junho, foi criada a Estação Ecológica (EE) de Anavilhanas, abrangendo os Municípios de Manaus, Novo Airão e Iranduba, todos no Estado do Amazonas, com área total aproximada de 350 mil ha. Em 2008, por meio da Lei Nº 11.799, de 29 de outubro, a EE passa a ser Parque Nacional de Anavilhanas (PNA), não sendo alterado seu limite.

A implementação da Unidade recebeu grande impulso com sua inserção no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que vem disponibilizando recursos para o desenvolvimento de atividades essenciais à sua consolidação. Nesta fase de consolidação da Unidade, a elaboração do seu respectivo Plano de Manejo apresenta-se como uma ação prioritária.

O PM é o instrumento de planejamento legalmente instituído para o gerenciamento das Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Nº 9.985/00. Consiste em um documento técnico que orienta os programas de manejo da Unidade, definindo seu zoneamento, as normas de uso da área e a infraestrutura necessária à sua gestão. A elaboração dos Planos de Manejo, tanto da Estação Ecológica quanto do Parque Nacional deve seguir as orientações contidas no Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (Galante *et alli*, 2002), doravante denominado Roteiro Metodológico. O PM tem como meta principal promover a gestão da unidade, de forma a que seus objetivos de conservação ambiental e desenvolvimento social sejam alcançados com êxito.

Já foram gerados conhecimentos sobre o PNA. A integração das informações produzidas é condição chave para a interpretação das relações existentes entre os componentes da paisagem, e será realizada através de métodos espaciais, pelo uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e reuniões técnicas de pesquisadores de todos os eixos temáticos e revisões bibliográficas sobre diferentes temas que devem compor o Plano de Manejo. O planejamento da Unidade deve ser conduzido a partir da análise de sua área e região, embasada por meio de dados já existentes, do levantamento dos dados socioeconômicos, da viabilidade das atividades turísticas (existentes, potenciais e não autorizáveis), dos projetos de Educação Ambiental, da revisão bibliográfica dos dados geofísicos e geoecológicos, da oficina de planejamento participativo, das reuniões abertas, das reuniões de estruturação do planejamento e da oficina com os pesquisadores. Busca-se evidenciar as características que constituem potencialidades (pontos fortes) e fragilidades (pontos fracos) inerentes ao seu espaço, e determinar indicadores que orientem a classificação das unidades territoriais em diferentes zonas de uso, de acordo com sua vocação. Para cada zona, ou compartimento espacial, são estabelecidas normas de uso específicas, de forma a compatibilizar a preservação do patrimônio natural com as demais atribuições das Unidades como educação ambiental, pesquisa científica e, no caso do PNA, ecoturismo. Além disto, são eleitas áreas estratégicas de manejo e as atividades que serão implementadas, de acordo com os programas de manejo da unidade: proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, visitação, educação ambiental e operacionalização interna.

5. Justificativa: As atividades de Elaboração do PM serão coordenadas por uma equipe do ICMBio formada por dois representante da CPLAM, do chefe da UC e do coordenador da elaboração do Plano de Manejo. As atividades serão desenvolvidas conjuntamente com a equipe da Unidade e os consultores e colaboradores em temas específicos, que atuarão em todas as suas fases.

Este termo de referência (TR) vem subsidiar a elaboração do Plano de Manejo, no que diz respeito a sistematização das informações geofísicas e geoecológicas, socioeconômicas, de potencialidade turística e educativa, bem como a redação dos encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida, além da estruturação final do PM.

6. Propósito da contratação: Estruturação e consolidação do documento final (Encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida) do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas, no Estado do Amazonas.

7. Descrição das atividades:

7.1. Detalhamento:

- Elaborar plano de trabalho (modelo será disponibilizado pelo ICMBio), onde deverá constar o detalhamento para a elaboração do Plano de Manejo, que será aprovado pela CPLAM
- Participar das reuniões e/ou oficinas (serão realizadas 04 Oficinas) de planejamento, avaliação e estruturação da Elaboração do Plano de Manejo.
- Identificar e analisar os dados bibliográficos e cartográficos existentes sobre a UC e sua Região, que sejam relevantes para o seu planejamento e gestão.
- Participar da Oficina de Planejamento Participativo, cujo resultado será utilizado para traçar as linhas de ação no planejamento do Parque.
- Participar da Oficina com Pesquisadores, cujo resultado será utilizado para traçar as linhas de ação no planejamento do Parque, além de trazer as propostas de zoneamento e da zona de amortecimento.
- Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica.
- Participar da Reunião de Estruturação do Planejamento com a apresentação da consolidação das informações geradas nos diagnósticos (já elaborados em parceria com outras instituições e aprovados pela equipe da Unidade) e Oficina de Planejamento Participativo, sistematizando as recomendações de todos os relatórios em linhas de ação.
- Elaborar, revisar e consolidar os encartes 1, 2, 3 e 4 e versão resumida, de acordo com o Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante *et alii*, (2002).
- Estruturar e consolidar o documento final do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas, de acordo com as orientações da equipe de planejamento do Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas.

7.2. Forma de apresentação:

Todos os produtos deverão ser escritos em língua portuguesa e impressos em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel de formato/tamanho A4, devendo ser observado o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os produtos deverão ser apresentados, primeiramente, em meio digital, no formato Microsoft Word®, para análise, sendo uma via para a DIREP e outra para a UC a que se refere.

Depois de analisados, comentados e aprovados pelo Contratante, os produtos finais deverão ser entregues, já incorporadas às considerações e observações feitas pela equipe técnica responsável pela supervisão da elaboração dos PM, da seguinte forma:

- 03 (três) cópias impressas e encadernadas do Plano de Manejo completo.
- 10 (dez) cópias impressas e encadernadas do Resumo Executivo.
- 20 (vinte) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, em formato PDF.
- 5 (cinco) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, em formato Microsoft Word®.

A formatação dos documentos deverá observar as seguintes características:

- programa: Word for Windows;
- fonte: ARIAL11, justificado;
- título principal: ARIAL 11, caixa alta, negrito;
- subtítulo: ARIAL 11, caixa alta e baixa, negrito;
- páginas numeradas;
- espaçamento simples entre linhas e um espaço entre parágrafos;
- numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1. etc.);

- tamanho/formato A4 do papel;
- margens da página: superior e inferior: 2cm; esquerda: 3cm; direita: 2cm; cabeçalho e rodapé: 1,6cm; e
- sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda.

Também deverão ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos:

- tabelas, quadros, croquis e todas as outras formas de ilustrações deverão estar numeradas, com legenda e títulos completos e auto-explicativos;
- todas as abreviações e siglas existentes nas ilustrações têm que estar explicadas na legenda e/ou nota na margem inferior da ilustração;
- as siglas deverão vir em parênteses e ser precedidas do seu significado por extenso somente na primeira vez em que forem citadas no texto, devendo constar, no início do documento, uma relação das siglas utilizadas, antes do sumário (que é conteúdo com respectiva paginação no documento);
- as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico;
- nomes científicos de fauna e flora também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo: veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou pequi *Cariocar brasiliense*;
- os nomes populares compostos das espécies da fauna e da flora deverão sempre ter hífen, como por exemplo: veado-campeiro; cachorro-do-mato-de-orelha-curta etc. Nomes populares são sempre em minúsculas. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;
- obras e autores citados deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data, como exemplificado a seguir: “Segundo Oliveira (1998), o PNI tem” ou “O PNI apresenta três tipos fisionômicos distintos, a saber ... (Oliveira, 1998)”. Quando se tratar de comunicação pessoal, é preciso informar o ano e explicar instituição da pessoa, se for o caso [ex.: ... conforme Teresa Magro (2001, USP/Piracicaba), ...];
- as citações bibliográficas serão listadas conforme a ABNT, com as seguintes modificações: os autores aparecerão com nome completo, seguidos do ano de publicação e sem recuo nas linhas subseqüentes. Todas as iniciais do título deverão vir em maiúsculas. As citações são separadas entre si por um espaço simples entre as linhas. Exemplos:

Cifuentes, Maria da Consolação. 1993. **Determinación de Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas**. CATIE. Turrialba.

Maack, Ricardo Alberto Silva. 1981. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Livraria José Olympio Editora/Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. Curitiba.

O documento final, antes da sua entrega, deverá ser objeto de revisão ortográfica, semântica e gramatical de texto.

8. Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

9. Prazos:

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia da Coordenação de Planos de Manejo, esta terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar feita pela Chefia da Coordenação de Planos de Manejo.

- Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA		
<p><u>Produto 1:</u> Encarte 1 – Contextualização do Parque Nacional de Anavilhanas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 1, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 30 dias após assinatura do contrato		
<p><u>Produto 2:</u> Encarte 2 – Análise da Região do Parque Nacional de Anavilhanas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 2, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 90 dias após assinatura do contrato		
<p><u>Produto 3:</u> Encarte 3 – Análise do Parque Nacional de Anavilhanas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 3, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 150 dias após assinatura do contrato		
<p><u>Produto 4:</u> Encarte 1, 2 e 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão final dos Encartes, em acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002 e com as solicitações feitas, na versão anterior. 	R\$	Até 180 dias após assinatura do contrato		
<p><u>Produto 5:</u> Reunião de Estruturação do Planejamento – Encarte 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica. 	R\$	Até 250 dias após assinatura do contrato		
<p><u>Produto 6:</u> Encarte 4 – Planejamento e a Versão Resumida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 4 e do Resumo Executivo, em versão preliminar, de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 300 dias após assinatura do contrato		
<p><u>Produto 7:</u> Versão Final do Plano de Manejo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão corrigida do documento final com orçamento físico elaborado em conjunto com a equipe técnica da UC e supervisão da CPLAM, incluso as revisões ortográficas, semânticas e gramaticais do texto, editoração final e com o documento digital em formatos word e pdf além das cópias encadernadas. 	R\$	Até 365 dias após assinatura do contrato		
<p>OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.</p>				
PERFIL DO PROFISSIONAL				
<p>11. Modalidade a ser Contratado:</p>	(X) Produto			
<p>12. Período da Contratação (máximo 12 meses)</p>	12 meses			
<p>13. Valor do Contrato: De acordo com a Portaria Nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.</p>	Total: R\$			
<p>14. Nº de Vaga(s):</p>	01			
<p>15. Nível de Escolaridade Desejado:</p>	() Nível	(X) Nível	()	()

	Médio	Superior	Mestrado	Doutorado
16. Formação(ões) Acadêmica(s): Biologia, ecologia, geografia, engenharia florestal, engenharia ambiental, engenharia agrônômica e afins.				
17. Experiência Profissional: Que tenha coordenado, no mínimo, a elaboração de 02 (dois) planos de manejo para unidades de conservação de proteção integral federais, e, ainda, experiência, de no mínimo, 05 (cinco) anos, em trabalhos relacionados à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais, preferencialmente, em ecossistema amazônico.				
18. Tempo de Experiência Profissional: 05 (cinco) anos.				
19. Localidade de Realização do Trabalho: Município de Novo Airão, no Estado do Amazonas.				
20. Disponibilidade para Viagens:		(X) Sim	() Não	
21. Conhecimentos em Informática:		(X) Sim	() Não	
22. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:		(X) Sim	() Não	
23. Conhecimento em língua inglesa:		(X) Sim	() Não	
24. Capacidade de redação clara e concisa em português.		(X) Sim	() Não	

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 33

2- Setor Responsável: CPLAM/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4. Contexto: A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km², sendo cortada por mais de mil rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio de sua Coordenação de Planos de Manejo (CPLAM), vinculada à Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP), é a responsável pelos planos de manejo (PM), das unidades de conservação federais.

No ano de 1980, por meio do Decreto Nº 85.200, de 24 de setembro, foi criado o Parque Nacional do Jaú (PNJ), abrangendo os Municípios de Novo Airão e Barcelos, todos no Estado do Amazonas, com área total aproximada de 2.272.000ha.

A implementação da Unidade recebeu grande impulso com sua inserção no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que vem disponibilizando recursos para o desenvolvimento de atividades essenciais à sua consolidação. Nesta fase de consolidação da Unidade, a revisão do seu respectivo Plano de Manejo apresenta-se como uma ação prioritária.

O PM é o instrumento de planejamento legalmente instituído para o gerenciamento das Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Nº 9.985/00. Consiste em um documento técnico que orienta os programas de manejo da Unidade, definindo seu zoneamento, as normas de uso da área e a infraestrutura necessária à sua gestão. A elaboração dos Planos de Manejo, tanto da Estação Ecológica quanto do Parque Nacional deve seguir as orientações contidas no Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (Galante *et alli*, 2002), doravante denominado Roteiro Metodológico. O PM tem como meta principal promover a gestão da unidade, de forma a que seus objetivos de conservação ambiental e desenvolvimento social sejam alcançados com êxito.

O PM ainda vigente é de 1998. O processo de revisão do Plano teve início em 2003 no qual participavam a Fundação Vitória Amazônica (FVA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), agora sob a responsabilidade do ICMBio. Durante esse período foi efetuada uma avaliação do PM vigente e foram reescritas as informações acerca do diagnóstico da UC, referentes aos encartes 1 e 2. A integração das informações produzidas é condição chave para a interpretação das relações existentes entre os componentes da paisagem, e será realizada através de métodos espaciais, pelo uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). O planejamento da Unidade deve ser conduzido a partir da análise de sua área e região, embasada por meio de dados já existentes, do levantamento dos dados socioeconômicos, da viabilidade das atividades turísticas (existentes, potenciais e não autorizáveis), dos projetos de Educação Ambiental. Busca-se evidenciar as características que constituem potencialidades (pontos fortes) e fragilidades (pontos fracos) inerentes ao seu espaço, e determinar indicadores que orientem a classificação das unidades territoriais em diferentes zonas de uso, de acordo com sua vocação. Para cada zona, ou compartimento espacial, são estabelecidas normas de uso específicas, de forma a compatibilizar a preservação do patrimônio natural com as demais atribuições das Unidades como educação ambiental, pesquisa científica e, no caso do PNJ, ecoturismo. Além disto, são eleitas áreas estratégicas de manejo e as atividades que serão implementadas, de acordo com os programas de manejo da unidade: proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, visitação, educação ambiental e operacionalização interna.

As atividades de revisão do PM serão coordenadas por uma equipe do ICMBio formada por dois representantes da CPLAM, do chefe da UC e duas coordenadoras da revisão do Plano de Manejo. As atividades serão desenvolvidas conjuntamente com a equipe da Unidade e os consultores e colaboradores, que atuarão em todas as suas fases.

5. Justificativa: As atividades de Elaboração do PM serão coordenadas por uma equipe do ICMBio formada por dois representante da CPLAM, do chefe da UC e do coordenador da elaboração do Plano de Manejo. As atividades serão desenvolvidas conjuntamente com a equipe da Unidade e os consultores e colaboradores em temas específicos, que atuarão em todas as suas fases.

Este termo de referência (TR) vem subsidiar a elaboração do Plano de Manejo, no que diz respeito a sistematização das informações geofísicas e geológicas, socioeconômicas, de potencialidade turística e

educativa, bem como a redação dos encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida, além da estruturação final do PM.

6. Propósito da contratação: Estruturação e consolidação do documento final (Encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida) do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, no Estado do Amazonas.

7. Descrição das atividades:

7.1. Detalhamento:

- Elaborar plano de trabalho (modelo será disponibilizado pelo ICMBio), onde deverá constar o detalhamento para a elaboração do Plano de Manejo, que será aprovado pela CPLAM
- Participar das reuniões (serão realizadas 04) de planejamento, avaliação e estruturação da Elaboração do Plano de Manejo.
- Identificar e analisar os dados bibliográficos e cartográficos existentes sobre a UC e sua Região, que sejam relevantes para o seu planejamento e gestão.
- Participar da Reunião de Estruturação do Planejamento com a apresentação da consolidação das informações geradas nos diagnósticos temáticos (já elaborados em parceria com outras instituições e aprovados pela equipe da Unidade) e Oficina de Planejamento Participativo, sistematizando as recomendações de todos os relatórios em linhas de ação de manejo e de zoneamento.
- Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica.
- Elaborar, revisar e consolidar a base cartográfica e os mapas, que serão utilizados para compor os Encartes do Plano de Manejo. Os mapas deverão seguir as orientações do Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante *et alii*, 2002.
- Elaborar, revisar e consolidar os encartes 1, 2, 3 e 4 e versão resumida, de acordo com o Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante *et alii*, (2002).
- Estruturar e consolidar o documento final do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, de acordo com as orientações da Equipe de Planejamento.

7.2. Forma de apresentação:

Todos os produtos deverão ser escritos em língua portuguesa e impressos em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel de formato/tamanho A4, devendo ser observado o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os produtos deverão ser apresentados, primeiramente, em meio digital, no formato Microsoft Word®, para análise, sendo uma via para a CPLAM/DIREP e outra para a UC a que se refere.

Depois de analisados, comentados e aprovados pelo Contratante, os produtos finais deverão ser entregues, já incorporadas às considerações e observações feitas pela equipe técnica responsável pela supervisão da elaboração dos PM, da seguinte forma:

- 03 (três) cópias impressas e encadernadas do Plano de Manejo completo.
- 10 (dez) cópias impressas e encadernadas do Resumo Executivo.
- 20 (vinte) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, em formato PDF.
- 5 (cinco) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, em formato Microsoft Word®.

A formatação dos documentos deverá observar as seguintes características:

- programa: Word for Windows;
- fonte: ARIAL11, justificado;
- título principal: ARIAL 11, caixa alta, negrito;
- subtítulo: ARIAL 11, caixa alta e baixa, negrito;
- páginas numeradas;

- espaçamento simples entre linhas e um espaço entre parágrafos;
- numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1. etc.);
- tamanho/formato A4 do papel;
- margens da página: superior e inferior: 2cm; esquerda: 3cm; direita: 2cm; cabeçalho e rodapé: 1,6cm; e
- sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda.

Também deverão ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos:

- tabelas, quadros, croquis e todas as outras formas de ilustrações deverão estar numeradas, com legenda e títulos completos e auto-explicativos;
- todas as abreviações e siglas existentes nas ilustrações têm que estar explicadas na legenda e/ou nota na margem inferior da ilustração;
- as siglas deverão vir em parênteses e ser precedidas do seu significado por extenso somente na primeira vez em que forem citadas no texto, devendo constar, no início do documento, uma relação das siglas utilizadas, antes do sumário (que é conteúdo com respectiva paginação no documento);
- as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico;
- nomes científicos de fauna e flora também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo: veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou pequi *Cariocar brasiliense*;
- os nomes populares compostos das espécies da fauna e da flora deverão sempre ter hífen, como por exemplo: veado-campeiro; cachorro-do-mato-de-orelha-curta etc. Nomes populares são sempre em minúsculas. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;
- obras e autores citados deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data, como exemplificado a seguir: “Segundo Oliveira (1998), o PNI tem” ou “O PNI apresenta três tipos fisionômicos distintos, a saber ... (Oliveira, 1998)”. Quando se tratar de comunicação pessoal, é preciso informar o ano e explicar instituição da pessoa, se for o caso [ex.: ... conforme Teresa Magro (2001, USP/Piracicaba), ...];
- as citações bibliográficas serão listadas conforme a ABNT, com as seguintes modificações: os autores aparecerão com nome completo, seguidos do ano de publicação e sem recuo nas linhas subseqüentes. Todas as iniciais do título deverão vir em maiúsculas. As citações são separadas entre si por um espaço simples entre as linhas. Exemplos:

Cifuentes, Maria da Consolação. 1993. **Determinación de Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas**. CATIE. Turrialba.

Maack, Ricardo Alberto Silva. 1981. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Livraria José Olympio Editora/Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. Curitiba.

O documento final, antes da sua entrega, deverá ser objeto de revisão ortográfica, semântica e gramatical de texto.

8. Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

9. Prazos:

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia da Coordenação de Planos de Manejo, esta terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus

produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar feita pela Chefia da Coordenação de Planos de Manejo.

- Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
<p><u>Produto 1:</u> Encarte 1 – Contextualização do Parque Nacional do Jaú</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 1, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 30 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 2:</u> Encarte 2 – Análise da Região do Parque Nacional do Jaú</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 2, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 90 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 3:</u> Encarte 3 – Análise do Parque Nacional do Jaú</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 3, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 150 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 4:</u> Encarte 1, 2 e 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão final dos Encartes, em acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002 e com as solicitações feitas, na versão anterior. 	R\$	Até 180 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 5:</u> Base Cartográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da base cartográfica do Parque Nacional do Jaú. 	R\$	Até 200 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 6:</u> Reunião de Estruturação do Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica. 	R\$	Até 250 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 7:</u> Encarte 4 – Planejamento e a Versão Resumida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 4 e do Resumo Executivo, em versão preliminar, de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 300 dias após assinatura do contrato.
<p><u>Produto 8:</u> Versão Final do Plano de Manejo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão corrigida do documento final com orçamento físico elaborado em conjunto com a equipe técnica da UC e supervisão da CPLAM, incluso as revisões ortográficas, semânticas e gramaticais do texto, editoração final e com o documento digital em formatos word e pdf além das cópias encadernadas. 	R\$	Até 365 dias após assinatura do contrato.
<p>OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.</p>		
<p>PERFIL DO PROFISSIONAL</p>		
<p>11. Modalidade a ser Contratado:</p>	<p>(X) Produto</p>	
<p>12. Período da Contratação</p>	<p>12 meses</p>	

13. Valor do Contrato: De acordo com a Portaria Nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.			Total: R\$	
14. Nº de Vaga(s):	01			
15. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
16. Formação(ões) Acadêmica(s): Biologia, ecologia, geografia, engenharia florestal, engenharia ambiental, engenharia agrônômica e afins.				
17. Especializações/Cursos: Geoprocessamento.				
18. Experiência Profissional: Profissional de nível superior, com qualificação em mestrado e que tenha coordenado, no mínimo, a elaboração de 02 (dois) planos de manejo para unidades de conservação de proteção integral federais, e, ainda, experiência, de no mínimo, 05 (cinco) anos, em trabalhos relacionados à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais, preferencialmente, em ecossistema amazônico. É necessária, também, experiência em geoprocessamento e atuação comprovada em caracterização e mapeamento de ambientes naturais voltados ao planejamento e a gestão ambiental.				
19. Tempo de Experiência Profissional: 05 (cinco) anos.				
20. Localidade de Realização do Trabalho: Município de Novo Airão, no Estado do Amazonas.				
21. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
22. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
23. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
24. Conhecimento em língua inglesa:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
25. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 34

2- Setor Responsável: CPLAM/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado

4. Contexto: A Amazônia abriga a maior floresta tropical do mundo e contém um terço de todas as florestas remanescentes desse tipo. A região, compartilhada por nove países sul-americanos, ocupa quase a metade do território brasileiro – 4,1 milhões de km², sendo cortada por mais de mil rios, formando a maior bacia hidrográfica do planeta. Ela também guarda uma enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica, com milhões de espécies – muitas das quais ainda desconhecidas da ciência – e tem uma riqueza cultural igualmente diversa, com populações tradicionais e indígenas de longa e rica tradição no convívio com a floresta. Esse imenso patrimônio possui agora um programa de conservação à altura dos desafios e necessidades da gigantesca região que o abriga.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio de sua Coordenação de Planos de Manejo (CPLAM), vinculada à Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP), tem a responsabilidade de subsidiar tecnicamente a escolha de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC), elaborar propostas de criação de UC de proteção integral federais, promover a formação de seus conselhos consultivos, aprovar seus planos de manejo, gerenciar o processo de sua consolidação, desenvolver o Sistema de Monitoramento da Biodiversidade (SIMBIO), elaborar os planos operativos anuais (POA) das UC de proteção integral federais apoiadas pelo Programa e das suas atividades nos diferentes componentes.

O Parque Nacional da Amazônia (PNA) foi criado em 19 de fevereiro de 1974, por meio do Decreto Nº 73.683, como parte do Programa de Integração Nacional da Amazônia. Abrange os Municípios de Itaituba/PA, Aveiro/PA e Maués/AM, com área total de 1.161.496ha. O PNA faz fronteira ao norte com a Terra Indígena Andirá-Marau, a leste com a Floresta Estadual de Maués e Floresta Nacional do Pau-Rosa, e a sul com a Floresta Nacional do Amaná, localizando-se nas coordenadas geográficas 56°45'41.53" W e 4°23'36.01" S.

O Plano de Manejo do Parque, principal instrumento de gestão desta Unidade de Conservação de Proteção Integral, foi elaborado em 1979 pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em parceria com a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), tendo contado, ainda, com pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Fundo Mundial da Natureza (WWF), *The International Union for Conservation of Nature* (IUCN), Organização para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês).

O Plano de Manejo (PM) é o instrumento de planejamento legalmente instituído para o gerenciamento das Unidades de Conservação integrantes do SNUC (Lei Nº 9.985/00). Consiste em um documento técnico que orienta os programas de manejo da Unidade, definindo seu zoneamento, as normas de uso da área e a infraestrutura necessária à sua gestão. A elaboração dos Planos de Manejo, tanto da Estação Ecológica quanto do Parque Nacional deve seguir as orientações contidas no Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (Galante *et alii*, 2002), doravante denominado Roteiro Metodológico. O PM tem como meta principal promover a gestão da unidade, de forma a que seus objetivos de conservação ambiental e desenvolvimento social sejam alcançados com êxito.

Já foram gerados conhecimentos sobre o PNA. A integração das informações produzidas é condição chave para a interpretação das relações existentes entre os componentes da paisagem, e será realizada através de métodos espaciais, pelo uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e reuniões técnicas de pesquisadores de todos os eixos temáticos e revisões bibliográficas sobre diferentes temas que devem compor o Plano de Manejo. O planejamento da Unidade deve ser conduzido a partir da análise de sua área e região, embasada por meio de dados já existentes, do levantamento dos dados socioeconômicos, da viabilidade das atividades turísticas (existentes, potenciais e não autorizáveis), dos projetos de Educação Ambiental, da revisão bibliográfica dos dados geofísicos e geoecológicos, da oficina de planejamento participativo, das reuniões abertas, das reuniões de estruturação do planejamento e da oficina com os pesquisadores. Busca-se evidenciar as características que constituem potencialidades (pontos fortes) e fragilidades (pontos fracos) inerentes ao seu espaço, e determinar indicadores que orientem a classificação das unidades territoriais em diferentes zonas de uso, de acordo com sua vocação. Para cada zona, ou compartimento espacial, são estabelecidas normas de uso específicas, de forma a compatibilizar a preservação do patrimônio natural com as demais atribuições das Unidades como educação ambiental, pesquisa científica e, no caso do PNA, ecoturismo. Além disto, são eleitas áreas estratégicas de manejo e as atividades que serão implementadas, de acordo com os programas de manejo da unidade: proteção e manejo, pesquisa e monitoramento, visitação, educação ambiental e operacionalização interna.

5. Justificativa: As atividades de Elaboração do PM serão coordenadas por uma equipe do ICMBio formada por dois representante da CPLAM, do chefe da UC e do coordenador da elaboração do Plano de Manejo. As atividades serão desenvolvidas conjuntamente com a equipe da Unidade e os consultores e colaboradores em temas

específicos, que atuarão em todas as suas fases.

Este termo de referência (TR) vem subsidiar a elaboração do Plano de Manejo, no que diz respeito a sistematização das informações geofísicas e geoecológicas, socioeconômicas, de potencialidade turística e educativa, bem como a redação dos encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida, além da estruturação final do PM.

6. Propósito da contratação: Estruturação e consolidação do documento final (Encartes 1, 2, 3, 4 e Versão Resumida) do Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia, nos Estados do Pará e do Amazonas.

7. Descrição das atividades:

7.1. Detalhamento:

- Elaborar plano de trabalho (modelo será disponibilizado pelo ICMBio), onde deverá constar o detalhamento para a elaboração do Plano de Manejo, que será aprovado pela CPLAM
- Participar das reuniões (serão realizadas 04) de planejamento, avaliação e estruturação da Elaboração do Plano de Manejo.
- Identificar e analisar os dados bibliográficos e cartográficos existentes sobre a UC e sua Região, que sejam relevantes para o seu planejamento e gestão.
- Participar da Reunião de Estruturação do Planejamento com a apresentação da consolidação das informações geradas nos diagnósticos temáticos (já elaborados em parceria com outras instituições e aprovados pela equipe da Unidade) e Oficina de Planejamento Participativo, sistematizando as recomendações de todos os relatórios em linhas de ação de manejo e de zoneamento.
- Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica.
- Elaborar, revisar e consolidar a base cartográfica e os mapas, que serão utilizados para compor os Encartes do Plano de Manejo. Os mapas deverão seguir as orientações do Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante *et alii*, 2002.
- Elaborar, revisar e consolidar os encartes 1, 2, 3 e 4 e versão resumida, de acordo com o Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante *et alii*, (2002).
- Estruturar e consolidar o documento final do Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia, de acordo com as orientações da Equipe de Planejamento.

7.2. Forma de Apresentação:

Todos os produtos deverão ser escritos em língua portuguesa e impressos em qualidade *Laserprint* ou similar, em papel de formato/tamanho A4, devendo ser observado o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os produtos deverão ser apresentados, primeiramente, em meio digital, no formato Microsoft Word®, para análise, sendo uma via para a DIREP e outra para a UC a que se refere.

Depois de analisados, comentados e aprovados pelo Contratante, os produtos finais deverão ser entregues, já incorporadas às considerações e observações feitas pela equipe técnica responsável pela supervisão da elaboração dos PM, da seguinte forma:

- 02 (duas) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, em formato PDF.
- 02 (duas) cópias em meio digital (CD), de todos os arquivos do Plano de Manejo e do Resumo Executivo, em formato Microsoft Word®.

A formatação dos documentos deverá observar as seguintes características:

- programa: Word for Windows;
- fonte: ARIAL11, justificado;
- título principal: ARIAL 11, caixa alta, negrito;
- subtítulo: ARIAL 11, caixa alta e baixa, negrito;
- páginas numeradas;
- espaçamento simples entre linhas e um espaço entre parágrafos;
- numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1. etc.);

- tamanho/formato A4 do papel;
- margens da página: superior e inferior: 2cm; esquerda: 3cm; direita: 2cm; cabeçalho e rodapé: 1,6cm; e
- sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda.

Também deverão ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos:

- tabelas, quadros, croquis e todas as outras formas de ilustrações deverão estar numeradas, com legenda e títulos completos e auto-explicativos;
- todas as abreviações e siglas existentes nas ilustrações têm que estar explicadas na legenda e/ou nota na margem inferior da ilustração;
- as siglas deverão vir em parênteses e ser precedidas do seu significado por extenso somente na primeira vez em que forem citadas no texto, devendo constar, no início do documento, uma relação das siglas utilizadas, antes do sumário (que é conteúdo com respectiva paginação no documento);
- as palavras em outros idiomas deverão vir em itálico;
- nomes científicos de fauna e flora também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses, como por exemplo: veado-campeiro *Ozotocerus bezoarticus* ou pequi *Cariocar brasiliense*;
- os nomes populares compostos das espécies da fauna e da flora deverão sempre ter hífen, como por exemplo: veado-campeiro; cachorro-do-mato-de-orelha-curta etc. Nomes populares são sempre em minúsculas. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto;
- obras e autores citados deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data, como exemplificado a seguir: “Segundo Oliveira (1998), o PNI tem” ou “O PNI apresenta três tipos fisionômicos distintos, a saber ... (Oliveira, 1998)”. Quando se tratar de comunicação pessoal, é preciso informar o ano e explicar instituição da pessoa, se for o caso [ex.: ... conforme Teresa Magro (2001, USP/Piracicaba), ...];
- as citações bibliográficas serão listadas conforme a ABNT, com as seguintes modificações: os autores aparecerão com nome completo, seguidos do ano de publicação e sem recuo nas linhas subseqüentes. Todas as iniciais do título deverão vir em maiúsculas. As citações são separadas entre si por um espaço simples entre as linhas. Exemplos:

Cifuentes, Maria da Consolação. 1993. **Determinación de Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas**. CATIE. Turrialba.

Maack, Ricardo Alberto Silva. 1981. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Livraria José Olympio Editora/Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. Curitiba.

O documento final, antes da sua entrega, deverá ser objeto de revisão ortográfica, semântica e gramatical de texto.

8. Direitos autorais e de propriedade intelectual

- Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para o ICMBio e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

9. Prazos:

- Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Chefia da Coordenação de Planos de Manejo, esta terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar feita pela Chefia da Coordenação de Planos de Manejo.

- Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
<p><u>Produto 1:</u> Encarte 1 – Contextualização do Parque Nacional da Amazônia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 1, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 30 dias após assinatura do contrato.

<p>Produto 2: Encarte 2 – Análise da Região do Parque Nacional da Amazônia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 2, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 90 dias após assinatura do contrato.
<p>Produto 3: Encarte 3 – Análise do Parque Nacional da Amazônia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 3, em versão preliminar de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 150 dias após assinatura do contrato.
<p>Produto 4: Encarte 1, 2 e 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão final dos Encartes, em acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002 e com as solicitações feitas, na versão anterior. 	R\$	Até 180 dias após assinatura do contrato.
<p>Produto 5: Base Cartográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da base cartográfica do Parque Nacional do Jaú. 	R\$	Até 200 dias após assinatura do contrato.
<p>Produto 6: Reunião de Estruturação do Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de todas as propostas de ações de manejo e de zoneamento geradas nos diagnósticos temáticos e na Oficina de Planejamento Participativo, para apresentação durante as reuniões de estruturação do planejamento, sistematizando as propostas em linhas de ação com a montagem de uma matriz de avaliação estratégica. 	R\$	Até 250 dias após assinatura do contrato.
<p>Produto 7: Encarte 4 – Planejamento e a Versão Resumida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e entrega do Encarte 4 e do Resumo Executivo, em versão preliminar, de acordo com os itens solicitados no Roteiro Metodológico de Planejamento, Galante <i>et alii</i>, 2002. 	R\$	Até 300 dias após assinatura do contrato.
<p>Produto 8: Versão Final do Plano de Manejo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão corrigida do documento final com orçamento físico elaborado em conjunto com a equipe técnica da UC e supervisão da CPLAM, incluso as revisões ortográficas, semânticas e gramaticais do texto, editoração final e com o documento digital em formatos word e pdf além das cópias encadernadas. 	R\$	Até 365 dias após assinatura do contrato.

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

PERFIL DO PROFISSIONAL

11. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto			
12. Período da Contratação (máximo 12 meses)	12 meses			
13. Valor do Contrato: De acordo com a Portaria Nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.	Total:R\$			
14. Nº de Vaga(s):	01			
15. Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior	() Mestrado	() Doutorado
16. Formação(ões) Acadêmica(s): Biologia, ecologia, geografia, engenharia florestal, engenharia ambiental, engenharia agrônoma e afins.				

17. Especializações/Cursos: Geoprocessamento.		
18. Experiência Profissional: Que tenha coordenado, no mínimo, 02 (dois) planos de manejo para unidades de conservação de proteção integral federais, e, ainda, experiência, de no mínimo, 05 (cinco) anos, em trabalhos relacionados à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais, preferencialmente, em ecossistema similar ao do Parque Nacional da Amazônia, cujo currículo será previamente aprovado pela CPLAM, ouvido a Chefia da Unidade.		
19. Tempo de Experiência Profissional: 05 (cinco) anos.		
20. Localidade de Realização do Trabalho: Município de Itaituba, no Estado do Pará.		
21. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
22. Conhecimentos em Informática:	(X) Sim	() Não
23. Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim	() Não
24. Conhecimento em língua inglesa:	(X) Sim	() Não
25. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não

MODELO DE CURRÍCULO

CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMAÇÕES PESSOAIS							
Nome completo:							
E-mail:							
Nº do RG:							
Órgão Expedidor:							
Data de Expedição:							
Data de nascimento: (dd/mm/aaaa)							
*Local de nascimento:							
Sexo:							
Nome do Pai:							
Nome da Mãe:							
Estado civil:							
Língua Pátria:*							
Nacionalidade de origem:							
Nacionalidade atual:							
HISTÓRICO PESSOAL							
Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?							
Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):							
ENDEREÇOS							
Tipo Endereço CEP	Estado	País	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial							
Residencial							
TELEFONES							
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal			
ESCOLARIDADE							
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível		
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS							
Nome do Curso	Local do Curso	Carga Horária					

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				
A partir da data:			Até (data):	Tempo de Experiência:
Cargo:			Empregador:	
Supervisor				
Cidade/Estado:				
Atividades:				
Número e tipo de empregados supervisionados				
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.				
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS				
Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)
ESPECIALIDADES				
No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.				
ESPECIALIDADE			TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)	
FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS				
Nome	Org. Internacional		Parentesco	

RESUMO DO CURRÍCULO: (De acordo com o perfil descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):

DATA ____ / ____ / ____ ASSINATURA

**CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL
- MODALIDADE PRODUTO -**

1. FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	8,0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui mestrado (para o caso de nível superior).	9.0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui doutorado (para o caso de mestrado) na área de conhecimento do produto	10.0

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atividades não especificadas na área do objeto de contratação, conforme Edital.	0	0
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	1,0 por ano completo	8.0
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme Edital.	2.5 por ano completo	10.0

3. LINGUA ESTRANGEIRA (Peso 1,0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Sem conhecimento do idioma solicitado.	0
Conhecimento básico do idioma solicitado.	3.0
Conhecimento avançado no idioma solicitado.	4.0

4. ENTREVISTA (Peso 2,0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Timidez, dificuldade de expressão.	0
Apresenta sua experiência de forma sucinta, ou demasiadamente detalhada, prolixo.	3,0
Apresenta sua experiência de forma clara e objetiva.	5,0
Se expressa de maneira clara e objetiva, com visão sistêmica do objeto de contratação.	7.0

OBSERVAÇÃO: O(a) avaliador(ra)/entrevistador(ra) deve apresentar, por escrito, justificativas para a seleção do(a) consultor(a), baseada nos critérios acima indicados e em outros que julgar pertinente ao objeto de contratação. O valor total será obtido pela soma dos itens acima multiplicados pelos pesos indicados.